

MONITORIZAÇÃO E IMPLEMENTAÇÃO DOS OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL NA REGIÃO CENTRO



NOV
2024



FICHA TÉCNICA

Título

Monitorização e Implementação
dos Objetivos de Desenvolvimento
Sustentável na Região Centro

Editor

Comissão de Coordenação e
Desenvolvimento Regional do
Centro, I. P.

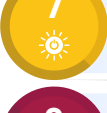
Responsável Técnico

Unidade de Planeamento e
Desenvolvimento Regional

Data de Edição

Novembro de 2024

WWW.CCDRC.PT

	ERRADICAR A POBREZA	Erradicar a pobreza em todas as suas formas, em todos os lugares
	ERRADICAR A FOME	Erradicar a fome, alcançar a segurança alimentar, melhorar a nutrição e promover a agricultura sustentável
	SAÚDE DE QUALIDADE	Garantir o acesso à saúde de qualidade e promover o bem-estar para todos, em todas as idades
	EDUCAÇÃO DE QUALIDADE	Garantir o acesso à educação inclusiva, de qualidade e equitativa, e promover oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todos
	IGUALDADE DE GÉNERO	Alcançar a igualdade de género e empoderar todas as mulheres e raparigas
	ÁGUA POTÁVEL E SANEAMENTO	Garantir a disponibilidade e a gestão sustentável da água potável e do saneamento para todos
	ENERGIAS RENOVÁVEIS E ACESSÍVEIS	Garantir o acesso a fontes de energia fiáveis, sustentáveis e modernas para todos
	TRABALHO DIGNO E CRESCIMENTO ECONÓMICO	Promover o crescimento económico inclusivo e sustentável, o emprego pleno e produtivo e o trabalho digno para todos
	INDÚSTRIA INOVAÇÃO E INFRAESTRUTURAS	Construir infraestruturas resilientes, promover a industrialização inclusiva e sustentável e fomentar a inovação
	REDUZIR AS DESIGUALDADES	Reduzir as desigualdades no interior dos países e entre países
	CIDADES E COMUNIDADES SUSTENTÁVEIS	Tornar as cidades e comunidades inclusivas, seguras, resilientes e sustentáveis
	PRODUÇÃO E CONSUMO SUSTENTÁVEIS	Garantir padrões de consumo e de produção sustentáveis
	AÇÃO CLIMÁTICA	Adotar medidas urgentes para combater as alterações climáticas e os seus impactos
	PROTEGER A VIDA MARINHA	Conservar e usar de forma sustentável os oceanos, mares e os recursos marinhos para o desenvolvimento sustentável
	PROTEGER A VIDA TERRESTRE	Proteger, restaurar e promover o uso sustentável dos ecossistemas terrestres, gerir de forma sustentável as florestas, combater a desertificação, travar e reverter a degradação dos solos e travar a perda de biodiversidade
	PAZ, JUSTIÇA E INSTITUIÇÕES EFICAZES	Promover sociedades pacíficas e inclusivas para o desenvolvimento sustentável, proporcionar o acesso à justiça para todos e construir instituições eficazes, responsáveis e inclusivas a todos os níveis
	PARCERIAS PARA A IMPLEMENTAÇÃO DOS OBJETIVOS	Reforçar os meios de implementação e revitalizar a Parceria Global para o Desenvolvimento Sustentável



Source: The 2030 Agenda for Sustainable Development





ÍNDICE

Prefácio	6
Introdução	7
Do crescimento económico ao desenvolvimento sustentável	8
Papel da CCDR Centro na monitorização e implementação dos ODS	12
Parte 1: Monitorização dos ODS	15
A experiência da Região Centro	16
A monitorização dos ODS a nível regional na União Europeia	17
Principais conclusões da monitorização dos ODS na Região Centro	18
Fichas de Monitorização dos ODS na Região Centro	27
Parte 2: Implementação dos ODS	45
Notas finais	58
Anexo	59
Acrónimos	61



PREFÁCIO

No dia 25 de setembro de 2015, foi adotada pela Assembleia Geral das Nações Unidas a resolução “Transformar o nosso mundo: a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável”.

Trata-se de uma agenda universal, assente em 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) e 169 metas a implementar por todos os países, e que pressupõe a integração dos ODS nas políticas, processos e ações desenvolvidas nos planos local, regional, nacional e global.

Portugal apresentou, nas Nações Unidas, o seu segundo Relatório Voluntário Nacional, reiterando o seu compromisso com a implementação da Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável e a concretização dos ODS.

A Região Centro alinha-se inteiramente com este compromisso, empenhando-se na erradicação da pobreza, na luta contra as desigualdades, na promoção de um desenvolvimento sustentável global, justo, equitativo e inclusivo, com base no respeito pela dignidade humana e nos princípios «reconstruir melhor» e «não deixar ninguém para trás».

E por isso mesmo, tanto na Visão Estratégica para a Região Centro 2030, como na Estratégia de Especialização Inteligente RIS3 do Centro, as prioridades regionais foram desde logo alinhadas com os ODS.

O mesmo exercício tem sido implementado para os instrumentos de monitorização desenvolvidos pela CCDR Centro, como o quadro de monitorização regional para o Pilar Europeu dos Direitos Sociais ou o Barómetro Centro de Portugal. Ambos já se encontram alinhados com os ODS, sendo várias metas e indicadores de apropriação comum.

Também como Autoridade de Gestão do Centro 2030, consideram-se os contributos da política de coesão para a prossecução da Agenda 2030. Assim, já foi introduzido como critério de seleção em várias tipologias de intervenção de objetivos específicos o contributo das candidaturas apresentadas para o desenvolvimento sustentável, isto é, para a concretização de iniciativas e medidas que visem o desenvolvimento sustentável (económico, social e ambiental) e que promovam a paz, justiça e instituições eficazes e as parcerias para a implementação dos ODS.

A crise pandémica, a inflação persistente ou a escalada de preços da energia dificultaram o caminho do progresso no cumprimento dos ODS. Mais do que nunca, só com o empenho e participação ativa de todas as partes interessadas, aos vários níveis da governação, podemos almejar cumprir uma agenda universal que tem tanto de ambiciosa e exigente como de necessária ao mundo de hoje.

Por uma região mais sustentável, por um planeta mais sustentável.

Isabel Damasceno

Presidente da Comissão de Coordenação e
Desenvolvimento Regional do Centro, I.P.



Introdução

A principal missão da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro, I.P. (CCDR Centro) é a implementação e articulação das políticas de desenvolvimento regional, agindo como uma ponte entre as políticas nacionais e europeias e a realidade local e regional. Neste sentido, a CCDR Centro desempenha um papel vital na integração dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS) no âmbito regional/local e na articulação/diálogo entre os vários níveis de governação, contribuindo para o cumprimento da Agenda 2030.

O relatório que agora se apresenta sobre os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS) no Centro está estruturado em duas partes principais. A primeira parte é dedicada à monitorização dos ODS na Região Centro, destacando os mecanismos e indicadores utilizados para avaliar o progresso alcançado nos últimos anos. São apresentados dados específicos que refletem as tendências regionais e o impacto de várias políticas implementadas no contexto dos ODS. A segunda parte concentra-se na implementação dos ODS, detalhando as ações e estratégias adotadas pela CCDR Centro, incluindo o programa regional 'Centro 2030' e as respetivas dotações financeiras para os diversos objetivos estratégicos.

O papel da CCDR Centro na disseminação dos ODS pode ser determinante, não só na capacitação dos agentes regionais e locais, mas também na criação de uma cultura de sustentabilidade que envolva toda a sociedade. Ao promover parcerias, formar e capacitar agentes, e ao monitorizar o progresso dos ODS, a CCDR Centro pode ser um motor de transformação sustentável na região.

A área de atuação da CCDR Centro abrange um território composto por 77 municípios. No entanto, deve referir-se que existem áreas de intervenção da CCDR Centro cuja esfera de atuação é mais alargada, estendendo-se a 100 municípios. Essas áreas são o planeamento e desenvolvimento regional, o Programa Operacional Regional do Centro 2014-2020 (Centro 2020) e o Programa Regional do Centro 2021-2027 (Centro 2030).

Para esta publicação, vamos considerar os 100 municípios como área de abrangência da Região Centro de Portugal (PT). Estes 100 municípios encontram-se organizados em oito Comunidades Intermunicipais (CIM): Região de Aveiro, Região de Coimbra, Região de Leiria, Viseu Dão Lafões, Beiras e Serra da Estrela, Beira Baixa, Oeste e Médio Tejo.

Muito diversa em termos económicos, sociais, ambientais e paisagísticos, a Região Centro tem:

- uma área de 28.199km², correspondendo a 30,6% do território nacional;
- a população residente estimada é de 2,3 milhões, correspondendo a 21,6% da população nacional, sendo que 11,8% tem até 14 anos de idade e 27,4% tem 65 anos de idade ou mais;
- uma densidade populacional de 81,6 habitantes por km², inferior à densidade populacional do país (115,4 hab/km²) e bastante diversa entre o interior e o litoral;
- cerca de 233 adultos com 65 anos ou mais por cada 100 crianças com idade até aos 14 anos, sendo que o índice de longevidade da região revela ainda que, por cada 100 idosos, 51 têm 75 anos de idade ou mais;

- uma taxa de crescimento efetivo da população positiva (1,56%), graças ao saldo migratório bastante positivo nos anos mais recentes;
- cerca de 287 mil empresas, correspondendo a 20% das empresas portuguesas, sendo 15,8% pertencentes ao setor secundário e 74,3% ao setor terciário; o pessoal ao serviço das empresas ronda os 791 mil, isto é, cerca de 17,6% do total nacional.

A Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro, IP é um instituto público de regime especial, integrado na administração indireta do Estado, dotado de autonomia administrativa, financeira e património próprio. Tem por missão:

- definir e executar as respetivas estratégias de desenvolvimento regional;
- integrar e articular territorialmente políticas públicas indispensáveis à execução das políticas de desenvolvimento regional nos domínios do ambiente, cidades, economia, cultura, educação, ordenamento do território, conservação da natureza, e agricultura e pescas;
- assegurar o planeamento e a gestão da política de coesão no âmbito dos programas regionais e dos programas de cooperação territorial europeia, enquadrados nos ciclos de programação das políticas da União Europeia, tendo em vista o desenvolvimento económico, social e cultural dos territórios que constituem as respetivas circunscrições;
- apoiar tecnicamente as autarquias locais e as suas associações.

O Programa Regional do Centro 2021-2027 (doravante designado por Centro 2030) é um instrumento do Portugal 2030 com aplicação exclusiva à Região Centro. À CCDR Centro compete assegurar o apoio logístico, administrativo e financeiro à Autoridade de Gestão do Centro 2030.

Do crescimento económico ao desenvolvimento sustentável

O crescimento sem precedentes nas décadas de 1950 e 1960 estimulou expectativas de crescimento económico ilimitado e de uma abundância cada vez maior. No entanto, ainda nos anos 60, começaram a emergir questões ambientais, sustentadas em informação científica sobre danos causados ao ambiente por esse crescimento. Em 1972, no Relatório Meadows, *"The limits to growth"*, conclui-se que, mantendo as tendências de crescimento da população mundial, industrialização, poluição, produção alimentar e esgotamento de recursos, os limites ao crescimento no planeta seriam atingidos algures nos cem anos seguintes.

Reforça-se, então, a crítica ao crescimento económico como objetivo, defendendo-se que os países industrializados deveriam reduzir o consumo per capita de energia, mudar as fontes de energia abandonando os combustíveis fósseis e aumentar a eficiência na geração, distribuição e utilização de energia. Surge, ainda, o conceito de "ecodesenvolvimento", que aborda o desenvolvimento assente na harmonização de objetivos sociais e económicos com uma gestão ecologicamente correta, num espírito de solidariedade com as gerações futuras.

Em 1987, o Relatório Brundtland, *"Our common future"*, populariza o conceito de Desenvolvimento Sustentável – o desenvolvimento que satisfaz as necessidades presentes, sem comprometer a capacidade das gerações futuras de suprir as suas próprias necessidades.

Em 2000, as Nações Unidas lançam os oito **Objetivos de Desenvolvimento do Milénio**, para atingir nos quinze anos seguintes. Em 2015, é aprovada, nas Nações Unidas, a Resolução **Transformar o nosso mundo: Agenda 2030 de Desenvolvimento Sustentável**, que através dos seus 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) e 169 metas a implementar por todos os países, pressupõe a sua integração nas políticas, processos e ações desenvolvidas nos planos local, regional, nacional e global. Esta agenda universal (a ser implementada por todos os países e não apenas por países em desenvolvimento), aceite por 193 nações a nível mundial, fornece orientações comuns e uma visão partilhada de desenvolvimento assente em três dimensões da sustentabilidade – económica, social e ambiental. Os ODS são indivisíveis e estão interligados, abordando desafios globais em várias áreas, como segurança alimentar, saúde, transporte, desenvolvimento social e territorial, industrialização, mudanças climáticas, gestão de recursos hídricos e recursos energéticos, educação, acesso a tecnologias facilitadoras, governança, parcerias, etc.

A incorporação da Agenda 2030 nas estratégias, planos e políticas articula-se por áreas temáticas, identificadas enquanto 5P – “Pessoas”; “Prosperidade”; “Planeta”; “Paz” e “Parcerias”:

- **PESSOAS:** traduz a determinação em erradicar a pobreza e a fome, em todas as suas formas e dimensões, e garantir que todos possam realizar o seu potencial no respeito da dignidade e igualdade, num ambiente saudável. Os ODS 1, 2, 3, 4 e 5 combinam-se para responder às necessidades essenciais de todas as pessoas, como a alimentação, saúde, educação, rendimento mínimo e igualdade entre homens e mulheres.
- **PROSPERIDADE:** pretende garantir que todos possam desfrutar de uma vida próspera e plena realização pessoal, assegurando que o desenvolvimento económico, social e tecnológico ocorra em harmonia com a natureza. Isto implica compreender e avaliar a importância da sustentabilidade para o desenvolvimento económico. A obtenção e utilização de energia são essenciais em todas as agendas de desenvolvimento, mas é igualmente prioritário abordar os impactos ambientais e a destruição que podem advir da sua utilização, de forma a encontrar soluções sustentáveis. Neste contexto, o ODS 7 sublinha a necessidade de um equilíbrio adequado e sustentável na utilização de energia. Os ODS 8, 9, 10 e 11 realçam a importância de promover a equidade e criar sistemas justos através de abordagens inteligentes e inovadoras, com o objetivo de construir uma base económica sólida e fiável, reduzir as desigualdades e melhorar a qualidade de vida.
- **PLANETA:** reforça a necessidade de se proteger o planeta da sua degradação, através de padrões sustentáveis de consumo e produção, da gestão sustentável dos recursos naturais e de medidas urgentes para se combater as alterações climáticas, atendendo às necessidades das gerações presentes e futuras. Os ODS 6, 12, 13, 14 e 15 apresentam os desafios que o planeta enfrenta. O ODS 6 incide sobre a importância da gestão da água, sendo esta fundamental para salvar o planeta, pois todas as formas de vida necessitam de água para sobreviver. O ODS 12 afirma consumo e produção apropriados e proporcionais para garantir o desenvolvimento sustentável. Os ODS 13, 14 e 15 abordam o esforço significativo para a proteção do nosso planeta. O ODS 13 assume que todas as políticas e metas de proteção ambiental partem da ação climática. Os ODS 14 e 15 destacam a importância da proteção do ecossistema para a sobrevivência do planeta.

- **PAZ:** salienta a determinação de se promover sociedades pacíficas, justas e inclusivas, livres do medo e da violência, recordando que não pode haver desenvolvimento sustentável sem paz, nem paz sem desenvolvimento sustentável. Traduz-se no ODS 16, que advoga ainda por instituições eficazes, responsáveis e inclusivas a todos os níveis, bem como o acesso à justiça para todos.
- **PARCERIAS:** visa mobilizar os meios necessários para a implementação da Agenda 2030 por meio de uma Parceria Global para o Desenvolvimento Sustentável revitalizada, fortalecendo-se o espírito de solidariedade global, com ênfase nos mais pobres e mais vulneráveis, e com a participação de todos os países, todas as partes interessadas e todas as pessoas, não deixando ninguém para trás. Consubstancia-se no ODS17.

Figura 1. Organização temática dos ODS (5P)

PESSOAS	1 ERRADICAR A POBREZA 	2 ERRADICAR A FOME 	3 SAÚDE DE QUALIDADE 	4 EDUCAÇÃO DE QUALIDADE 	5 IGUALDADE DE GÊNERO
PROSPERIDADE	7 ENERGIAS RENOVÁVEIS E ACESSÍVEIS 	8 TRABALHO DIGNO E CRESCIMENTO ECONÔMICO 	9 INDÚSTRIA, INOVAÇÃO E INFRAESTRUTURAS 	10 REDUZIR AS DESIGUALDADES 	11 CIDADES E COMUNIDADES SUSTENTÁVEIS
PLANETA	6 ÁGUA POTÁVEL E SANEAMENTO 	12 PRODUÇÃO E CONSUMO SUSTENTÁVEIS 	13 AÇÃO CLIMÁTICA 	14 PROTEGER A VIDA MARINHA 	15 PROTEGER A VIDA TERRESTRE
PAZ	16 PAZ, JUSTIÇA E INSTITUIÇÕES EFICAZES 				
PARCERIAS	17 PARCERIAS PARA A IMPLEMENTAÇÃO DOS OBJETIVOS 				

A Resolução do Conselho de Ministros n.º 5/2023, de 23 de janeiro, estabelece o modelo de coordenação e acompanhamento da implementação dos 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), aprovados na Cimeira de Chefes de Estado e de Governo das Nações Unidas, em setembro de 2015. Esta resolução estabelece, que a nível interno, compete ao membro do Governo responsável pela Presidência de Conselho de Ministros, coordenar e acompanhar a implementação dos ODS estabelecidos na Agenda 2030 e cria a Comissão de Acompanhamento de alto nível.

No âmbito das atividades previstas a desenvolver, cabe ao Centro de Competências de Planeamento, de Políticas e de Prospetiva da Administração Pública (PlanAPP) coordenar internamente, as atividades de reporte da implementação da Agenda 2030 em Portugal, nomeadamente o Relatório Voluntário Nacional (RVN) 2023, em colaboração com a Secretaria-Geral da Presidência do Conselho de Ministros (SGPCM). Em 2023, o PlanAPP também desenvolveu um Roteiro Nacional para o Desenvolvimento Sustentável 2030, em articulação com a SGPCM, identificando, mapeando e acompanhando os planos e outros instrumentos de política pública nacionais que contribuem para a implementação dos ODS e suas metas. Adicionalmente e em articulação com a SGPCM, promove, junto de diversas entidades dos setores público, privado e social, a avaliação de impacto da implementação dos ODS.

Após o primeiro Relatório Voluntário Nacional (RVN) em 2017, e conforme a carta da Missão Permanente de Portugal junto da Organização das Nações Unidas, Portugal apresentou uma nova avaliação em julho de 2023 no Fórum Político de Alto Nível sobre Desenvolvimento Sustentável. O RVN 2023 pretende ser um diagnóstico dos progressos alcançados no processo de implementação dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável considerando a perspetiva de múltiplos níveis de atuação, evidenciando os avanços registados por diferentes atores ao longo dos últimos cinco anos.

O compromisso de Portugal com a Agenda 2030 é evidente na adoção de políticas e práticas que promovem o desenvolvimento sustentável. As instituições públicas desempenham um papel crucial na concretização destes objetivos, através da elaboração de políticas, promoção de parcerias e monitorização do progresso. A implementação bem-sucedida da Agenda 2030 em Portugal dependerá da capacidade do país para enfrentar os desafios de forma integrada, mobilizando recursos e reforçando a colaboração entre todos os setores da sociedade.

Portugal materializou nos ODS 4, 5, 9, 10, 13 e 14 as suas prioridades estratégicas na implementação da Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável, tendo um papel ativo na elaboração e na consequente implementação da Agenda 2030. Cabe ao INE compilar, monitorizar e apresentar os indicadores disponíveis para Portugal decorrentes do quadro global de indicadores adotado pelas Nações Unidas para acompanhar os progressos realizados no âmbito da Agenda 2030, sendo, assim, possível aferir o desempenho português em relação a cada um dos ODS e a sua evolução ao longo do tempo.

Em 2024, [o relatório da ONU sobre desenvolvimento sustentável](#) destacou Portugal como um dos países mais sustentáveis do mundo, ocupando a 16.ª posição entre 167 países.

Papel da CCDR Centro na monitorização e implementação dos ODS

Portugal apresentou, em 2017, o seu [primeiro Relatório Voluntário Nacional](#) e, em 2023, o [segundo Relatório Voluntário Nacional](#), documentos que são muito mais do que um mero exercício de reporte, pois reiteram o compromisso nacional com a implementação da Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável e a concretização dos ODS. No âmbito das suas competências, a CCDR Centro subscreve este compromisso, tendo participado no segundo exercício nacional e, mais recentemente, numa sessão de trabalho para a elaboração do Roteiro Nacional de Desenvolvimento Sustentável 2030 (2024-2026), documento estratégico que pretende definir um plano de ação para acelerar a concretização nacional da Agenda 2030. Na sequência destes trabalhos, foi ainda convidada para integrar a *Sustainable Development Solutions Network Portugal* (SDSN Portugal). Esta rede foi aprovada pelo Conselho Estratégico da SDSN Global em junho de 2023 e teve o seu lançamento oficial em novembro de 2023, em Matosinhos. Tem como objetivos: i) desenvolver modelos inovadores de diálogo, que criem espaços de reflexão e criatividade, envolvendo a Academia, o Governo, as Empresas e a Sociedade Civil, para fomentar e acelerar a contínua partilha de ideias e experiências; ii) promover soluções para a implementação de ODS, através da mobilização do conhecimento científico e transdisciplinar, processos coletivos de aprendizagem, que permitam gerar políticas integradas, transformação sistémica e práticas baseadas na evidência e na ciência; e iii) contribuir para o processo de tomada de decisão, demonstrando a oportunidade de soluções aos responsáveis por tomada de decisões a nível político, empresarial e societal, com vista a incentivar as necessárias transformações, nomeadamente a nível normativo.

Em 2020, a CCDR Centro aprovou a estratégia regional para esta década, "[Visão Estratégica para a Região Centro 2030](#)", tendo desde logo alinhado as prioridades estratégicas regionais com os ODS. No ano seguinte, a CCDR Centro coordenou o processo de revisão da [Estratégia Regional de Especialização Inteligente do Centro](#) (RIS3 do Centro) para o período 2021-2027, tendo então alinhado os seus desafios globais (transição social, transição digital e transição verde), bem como as Plataformas de Inovação, com os ODS. Na realidade, as estratégias de especialização inteligente são, per se, instrumentos de implementação dos ODS. Logo, por definição, contribuem para o ODS 17 (Fortalecer os meios de implementação). Quanto às plataformas de inovação (valorizar recursos endógenos naturais; desenvolver soluções industriais sustentáveis; mobilizar tecnologias para a qualidade de vida; promover inovação territorial), estas contribuem diretamente para os ODS 2, 3, 8, 9, 11, 12, 14 e 15, sendo que a formulação anterior da estratégia já indicava um forte alinhamento com alguns ODS¹.

Ao nível dos instrumentos de monitorização da região, a CCDR Centro já alinhou com os ODS: o [Pilar Europeu dos Direitos Sociais em Números](#), atualizado anualmente, e o [Barómetro do Centro de Portugal](#), atualizado de forma frequente (sempre que existe informação atualizada).

No âmbito das ações de sensibilização para a disseminação de boas práticas de desenvolvimento sustentável, no presente ano, a CCDR Centro organizou uma sessão de capacitação no Agrupamento de Escolas de Figueiró dos Vinhos, direcionada aos alunos do ensino secundário, tendo a iniciativa

¹ Conforme trabalhos desenvolvidos pela Universidade de Aveiro (Policy Paper do Programa CeENTER nº 1, fevereiro de 2020), tendo sido encontrada uma boa correspondência entre a RIS3 do Centro e os ODS, com 47 das 59 linhas de ação a alinhar fortemente com os ODS. O [Policy Paper](#) está disponível para consulta.

o objetivo de promover o conhecimento sobre os ODS. A sessão culminou com uma assembleia participativa, onde os alunos apresentaram várias propostas concretas sobre como cada indivíduo pode, através de ações diárias, contribuir para a implementação dos ODS e para uma vida mais sustentável.

Em 2022, a CCDR Centro candidatou-se e viu aprovada a sua participação no projeto “REGIONS2030: Monitoring the SDGs in the EU regions – Filling the data gaps”, financiado pelo Parlamento Europeu e desenvolvido pelo Joint Research Centre (JRC) da Comissão Europeia, em colaboração com a DG REGIO e o Eurostat. O objetivo deste projeto era, a partir do envolvimento de 10 regiões piloto europeias, testar e melhorar uma estrutura de indicadores para monitorizar o cumprimento dos ODS e da maioria das 169 metas ao nível regional (NUTSII).

Da parte da CCDR Centro, a participação neste projeto norteava-se por três objetivos:



Na sequência deste projeto, foram identificados alguns desafios e limitações na monitorização regional de progresso, como:

- **A melhoria da cooperação com entidades nacionais para melhorar a disponibilidade e qualidade dos dados:** a qualidade dos indicadores experimentais; a disponibilidade de dados ambientais de alta qualidade e consistentes; dados consistentes a longo prazo para uma análise precisa das tendências e do impacto de estratégias nacionais, regionais ou locais; dados fiáveis sobre grupos sociais e minorias para uma análise inclusiva; parcerias para garantir um acesso facilitado a dados de qualidade.

- **A necessidade de incluir indicadores que reflitam o impacto direto das iniciativas regionais para o desenvolvimento sustentável e de integrar indicadores alinhados com outros níveis governamentais** para compreender a influência das políticas locais e nacionais na região;

- **A necessidade de fomentar a colaboração com outras regiões para partilhar experiências e abordar desafios comuns.**

Detalham-se, na Parte I desta publicação, os principais resultados obtidos, com destaque para a criação de um quadro de monitorização dos ODS específico para a Região Centro, que serviu como base fundamental para esta iniciativa. Este quadro de monitorização, agora implementado, será acompanhado e atualizado de forma regular, garantindo um acompanhamento contínuo e sustentado dos progressos da região em relação aos ODS.

Ao nível da implementação, a CCDR Centro não tem autonomia política, mas como Autoridade de Gestão do Centro 2030 – o Programa Regional do Centro para 2021-2027, conta com uma dotação de aproximadamente 2,2 mil milhões de euros, referentes a fundos da política de coesão para investir nas prioridades da região.

Neste quadro, a CCDR Centro tem procurado maximizar os contributos da política de coesão para a prossecução da Agenda 2030, ao mesmo tempo que promove a sua disseminação e apropriação pelos promotores, ao apresentar como critério de seleção para algumas tipologias de intervenção de avisos os contributos para os ODS. Destacam-se, a título ilustrativo, as áreas da formação superior, gestão de recursos hídricos ou gestão de resíduos, cujos avisos para financiamento de medidas (como Cursos TeSP, Apoio a Pessoas em Situação de sem-abrigo, Parcerias para a inovação social; Recuperação de passivos ambientais, Infraestruturas verdes; e Mobilidade ativa) já concretizaram este critério de seleção.

Na parte II apresentar-se-ão mais informações sobre a componente da implementação, evidenciando-se a dotação prevista para as várias prioridades e objetivos específicos do documento referente à programação do Centro 2030.



PARTE 1

MONITORIZAÇÃO DOS ODS

O sucesso da implementação da Agenda 2030 requer uma abordagem coerente e harmonizada em todos os níveis governamentais. Monitorizar o progresso e o impacto dos programas e das políticas regionais e nacionais é crucial para assegurar uma adequada implementação.

Para dar resposta aos desafios associados à monitorização dos ODS e garantir práticas de monitorização rigorosas, a CCDDR Centro participou ativamente enquanto região-piloto no projeto “REGIONS2030: Monitoring the SDGs in EU regions – filling the data gaps. Através desta participação, a CCDDR Centro procurou orientações e soluções para melhorar as suas capacidades de monitorização e alinhá-las com as melhores práticas. Este projeto envolveu 10 regiões europeias, que partilhavam uma forte ambição de monitorizar o cumprimento dos ODS, combinando sinergias entre a monitorização dos ODS, a elaboração de políticas públicas e o desenvolvimento regional sustentável. As regiões participantes trabalharam com especialistas e parceiros para desenvolver, testar e melhorar uma estrutura de indicadores para monitorizar o cumprimento dos ODS ao nível regional (NUTS II).

A experiência da Região Centro

O projeto REGIONS2030 mostrou-se fundamental no compromisso da CCDDR Centro com este ambicioso objetivo de monitorização dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável a nível regional, tendo possibilitado o trabalho colaborativo com uma perita nacional e com o Instituto Nacional de Estatística (INE). O objetivo geral abordou todos os ODS e a maioria das 169 metas, com a CCDDR Centro a propor indicadores adicionais personalizados que refletissem as características e prioridades específicas da Região Centro.

Como parte deste projeto, a 25 de setembro de 2023, Dia Nacional da Sustentabilidade, o Joint Research Centre (JRC) e a CCDDR Centro realizaram um evento regional em Coimbra, sob a forma de sessão de capacitação: “Monitorização dos ODS na Região Centro – Desafios e oportunidades”. Esta sessão serviu para sensibilizar a audiência para a importância e necessidade de cumprimento dos ODS, aumentar as competências e os conhecimentos dos participantes, apoiar o trabalho em rede e discutir os principais desafios e oportunidades de um quadro de monitorização regional.

Este evento resultou em discussões enriquecedoras e num alto nível de interesse dos participantes, incluindo departamentos da CCDDR Centro, Programa Regional do Centro, Instituições de Ensino Superior, Comunidades Intermunicipais e entidades regionais como serviços regionais de emprego e formação profissional, saúde, cultura, educação, entre outros. Além disso, foram apresentados, a várias escalas, outros exercícios de monitorização de progresso dos ODS e sugestões valiosas para o enriquecimento mútuo do trabalho em curso.

O conjunto preliminar de indicadores concebido pelo JRC para monitorizar os ODS a nível regional foi considerado relevante e exequível para a Região Centro. No entanto, observou-se que alguns temas e áreas de interesse para a Região Centro não estavam adequadamente representados no conjunto de monitorização proposto. Neste sentido, foram propostos indicadores adicionais para refletir as suas características territoriais específicas e prioridades.

Fruto do trabalho colaborativo com a perita nacional, foi criado um quadro de monitorização para a Região Centro, constante no Relatório “[Monitorização dos ODS na Região Centro](#)”, que compreendeu um conjunto total de 109 indicadores: 75 extraídos da proposta do JRC (8 não validados por não se considerarem *fit for purpose*); a CCDDR Centro propôs 34 novos por considerá-

los pertinentes para a realidade regional (características e necessidades territoriais) e/ou por complementarem a indicadores existentes e/ou alternativos a alguns existentes. Salientar ainda que nove indicadores propostos pelo JRC (cinco) e CCDR Centro (quatro), considerados relevantes, não tinham informação disponível a nível regional.

O INE foi a principal fonte de dados, fornecendo uma grande quantidade de informação com desagregações geográficas, bem como outros tipos de desagregação (por sexo, idade, etc.). No entanto, para garantir a exaustividade e precisão dos dados, e apesar de o INE também recolher dados de outras entidades oficiais, foi ainda necessário recolher informação diretamente de outras fontes oficiais. Dos dados recolhidos para os indicadores do conjunto proposto pelo JRC, 24 já estavam disponíveis no portal de dados da Região Centro ([DataCentro](#)).

Foram, ainda, identificados alguns desafios e limitações no domínio da monitorização regional de progresso: desde logo a melhoria da cooperação com entidades nacionais para melhorar a disponibilidade e qualidade dos dados; a necessidade de dados ambientais de alta qualidade e consistentes a longo prazo para uma análise precisa das tendências e do impacto de estratégias nacionais, regionais ou locais; a existência de dados fiáveis sobre grupos sociais e minorias para uma análise inclusiva; a necessidade de incluir indicadores que reflitam o impacto direto das iniciativas regionais para o desenvolvimento sustentável e de integrar indicadores alinhados com outros níveis governamentais para compreender a influência das políticas locais na região e para ultrapassar as dificuldades da governança multinível; e, por fim, a necessidade de fomentar a colaboração com outras regiões para partilhar experiências e abordar desafios comuns².

A monitorização dos ODS a nível regional na União Europeia

O projeto REGIONS2030 foi reconhecido pelo Parlamento Europeu numa resolução de 23 de junho de 2022, sublinhando a importância da utilização de dados estatísticos existentes de várias fontes e da adoção de dados em conformidade com os regulamentos de proteção de dados. O projeto visou colmatar o défice global de dados causado por capacidades de monitorização insuficientes e metodologias inconsistentes. O Parlamento Europeu saudou o projeto-piloto para definir e testar um conjunto harmonizado de indicadores para as regiões da União Europeia (UE), a fim de monitorizar os ODS e preparar um processo de revisão sistemática nas regiões.

O conjunto final de dados de 116 indicadores, constante no Relatório "[Monitoring the SDGs at regional level in EU](#)", permite a monitorização dos 17 ODS e, especificamente, de 75 das suas metas. Estes indicadores estão em conformidade com as diretrizes europeias, nomeadamente as do JRC, com as necessidades regionais e alguns são coerentes com o quadro global de indicadores das Nações Unidas.

No entanto, é crucial interpretar estes indicadores à luz das características demográficas, socioeconómicas, ambientais, morfológicas, geográficas e políticas das regiões. Para compreender as razões subjacentes às tendências e os efeitos de um indicador sobre outro ou a correlação entre fenómenos, é necessário comparar as tendências de vários indicadores.

² De acordo com Abreu, J., Monitoring the SDGs in Centro region, Portugal, Stamos, I. editor(s), Publications Office of the European Union, Luxembourg, 2023, doi:10.2760/165289, JRC134393.

Os resultados do projeto oferecem informações valiosas para as regiões envolvidas na monitorização dos objetivos de sustentabilidade a nível regional na Europa ou para as que estão a considerar uma análise deste tipo. Fornecem ainda informações metodológicas sobre a seleção e medição de indicadores a nível regional, que também podem ser úteis a nível nacional. Isto faz parte de um processo contínuo que evoluirá ao longo do tempo em resposta a mudanças futuras.

A União Europeia estabeleceu objetivos de sustentabilidade a atingir até 2030, 2035 e 2050 através de iniciativas como o Pacto Ecológico Europeu, o Pilar Europeu dos Direitos Sociais e outras estratégias, planos e regulamentos da UE. A monitorização, apesar das suas limitações e desafios, pode fornecer uma base de conhecimento sólida para apoiar as regiões na orientação de políticas para a transição para o desenvolvimento sustentável³.

Principais Conclusões da Monitorização dos ODS na Região Centro

Tomando como ponto de partida o quadro de monitorização do JRC resultante do relatório “Monitorização dos ODS na Região Centro”, foram recolhidos e atualizados dados para um conjunto de indicadores de um número significativo de temas e áreas de interesse para a Região Centro e que constituem o quadro de monitorização dos ODS que a CCDR Centro pretende acompanhar regularmente.

A metodologia utilizada para estabelecer este quadro de monitorização para a Região Centro teve em consideração vários fatores para garantir a qualidade e a fiabilidade dos dados utilizados para monitorizar os ODS na Região Centro. Um aspeto importante foi o de procurar estabelecer pontos comuns na monitorização do desenvolvimento sustentável da Região Centro com outras regiões europeias, o que implicou priorizar indicadores e fontes de dados propostos pelo JRC. No entanto, sempre que os dados fossem mais recentes e fiáveis, a opção recaiu pelas fontes de dados nacionais. Foi analisada, igualmente, a relevância de outros indicadores disponíveis com desagregação subnacional, mesmo que numa abordagem mais abrangente ou complementar dos ODS e temas observados. O Instituto Nacional de Estatística (INE) foi a principal fonte de dados deste quadro de monitorização. No entanto, para garantir a exaustividade e acompanhamento de todos os ODS na região, foi também necessário recolher informação diretamente de outras fontes de dados, nomeadamente da Agência Portuguesa do Ambiente (APA), da Associação Portuguesa de Apoio à Vítima (APAV), da Direção-Geral de Estatísticas da Educação e Ciência (DGEEC), da Direção-Geral da Política do Mar (DGMP), da Direção-Geral da Política de Justiça (DGPJ), do Gabinete de Estratégia e Planeamento do Ministério do Trabalho, Solidariedade e Proteção Social (MTSSS/ GEP), do Ministério da Administração Interna (MAI), da Agência Europeia do Ambiente (AEA) e do Instituto dos Registos e Notariado (IRN). Foi ainda necessário solicitar apuramentos específicos diretamente ao INE, à Autoridade Nacional de Proteção Civil (ANEPC) e à Direção-Geral de Energia e Geologia (DGEG). Outras fontes recomendadas pelo JRC, nomeadamente um estudo efetuado pela Universidade de Gotemburgo e a base de dados regional da Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Económico (OCDE) foram também tidas em conta.

³ De acordo com Lella, L. and Osés-Eraso, N., Monitoring the SDGs at regional level in EU. REGIONS2030 pilot project Final Report, Stamos, I. and Manfredi, R. editor(s), Publications Office of the European Union, Luxembourg, 2023, doi:10.2760/02404, JRC135594.

Como resultado final, foi construído um quadro de monitorização para a Região Centro, que contempla um total de 110 indicadores, que a CCDR Centro pretende monitorizar regularmente e que detalhamos nas páginas seguintes.

Para facilitar a interpretação dos dados e realçar o progresso em direção aos resultados desejados, foram utilizados símbolos para indicar o progresso em cada indicador, numa avaliação detalhada dos ODS na região Centro, baseada num sistema de classificação visual. Este sistema de símbolos específicos distingue entre progresso com e sem meta quantitativa. Para os indicadores com meta, o progresso é classificado em cinco categorias, de acordo com o quadro abaixo. Para os indicadores sem meta quantitativa, a classificação é baseada em variações percentuais anuais na direção desejada, com categorias análogas às utilizadas para os indicadores com meta. Há ainda uma categoria para indicadores que não puderam ser avaliados devido à falta de dados consistentes.

Figura 2. Legenda de progresso dos indicadores

	Sem meta quantitativa	Progresso significativo na direção desejada (maior que 1% ao ano) ou máximo alcançado
	Com meta quantitativa	Progresso significativo na direção da meta 2030 (rácio da taxa de crescimento atual e desejada $\geq 95\%$) ou meta alcançada
	Sem meta quantitativa	Progresso moderado na direção desejada (menos de 1% ao ano)
	Com meta quantitativa	Progresso moderado na direção da meta 2030 (rácio da taxa de crescimento atual e desejada $> 60\%$)
	Sem meta quantitativa	Sem progresso ou alterações insignificantes (entre 0,5% e -0,5%)
	Com meta quantitativa	Progresso insuficiente na direção da meta 2030 (rácio da taxa de crescimento atual e desejada entre 0% e 60%)
	Sem meta quantitativa	Alteração moderada no sentido contrário da direção desejada (menos de 1% ao ano)
	Com meta quantitativa	Alteração moderada no sentido contrário da meta 2030 (rácio da taxa de crescimento atual e desejada entre 0% e -60%)
	Sem meta quantitativa	Alteração significativa no sentido contrário da direção desejada (maior que 1% ao ano)
	Com meta quantitativa	Alteração significativa no sentido contrário da meta 2030 (rácio da taxa de crescimento atual e desejada $> -60\%$)
	Sem avaliação (séries demasiado curtas ou irregulares)	

Figura 3. Quadro de monitorização dos ODS na Região Centro

ODS	Meta(s)	Indicador	Fonte dados	Cobertura	Último ano disponível	Último valor disponível	Tendências		
							CP-5 anos	desde 2015	LP
1	1.1 (pobreza extrema)	Taxa de privação material e social severa (%)	INE	NUTSII	2023	3,8	●	◎	◎
	1.2 (reduzir pobreza)	Proporção da população residente com menos de 65 anos de idade que vive em agregados com intensidade laboral per capita muito reduzida (%)	INE	NUTSII	2022	6,5	○	◎	◎
		Proporção da população residente em risco de pobreza ou exclusão social (%)	INE	NUTSII	2023	17,9	●	◎	◎
	1.4 (acesso a serviços básicos)	Taxa de sobrecarga das despesas em habitação (%)	INE	NUTSII	2023	3,4	●	◎	◎
2	2.2 (acabar com malnutrição)	Proporção da população residente com 18 e mais anos com excesso de peso ou obesidade (%)	INE	NUTSII	2019	54	◎	◎	◎
	2.3 (produtividade agrícola)	Produtividade (valor acrescentado bruto por trabalhador) na agricultura, floresta e pescas (€/per capita)	INE	NUTSII	2022	35 889	●	●	●
	2.4 (produção alimentar sustentável)	Proporção da superfície agrícola em agricultura biológica (%)	INE	NUTSII	2019	7,3	◎	◎	●
3	3.2 (mortes evitáveis de recém-nascidos)	Taxa de mortalidade infantil (‰)	INE	NUTSIII	2023	2,1	●	●	●
	3.3 (epidemias e doenças)	Mortes devido a doenças transmissíveis por 100.000 habitantes (N.º)	INE	NUTSII	2021	158,0 (inclui covid)	○	○	○
	3.4 (doenças não transmissíveis)	Taxa de mortalidade por lesões autoprovocadas intencionalmente (suicídio) por 100. 000 habitantes (N.º)	INE	NUTSII	2022	10,6	○	●	◎
	3.5 (abuso de substâncias)	Proporção da população residente com 15 e mais anos que consome diariamente bebidas alcoólicas (%)	INE	NUTSII	2019	21,0	●	◎	◎
		Proporção da população residente com 15 e mais anos que fuma diariamente (%)	INE	NUTSII	2019	12,1	●	◎	◎
	3.8 (cobertura universal de saúde)	Camas dos hospitais por 100 000 habitantes (N.º)	INE	NUTSII	2022	297,40	○	●	○
	3.c (financiamento e recrutamento na saúde)	Médicas/os por 1.000 habitantes (N.º)	INE	Municipal	2023	5,5	●	●	●
		Enfermeiras/os por 1.000 habitantes (N.º)	INE	Municipal	2023	8	●	●	●
		Profissionais de farmácia por 1.000 habitantes (N.º)	INE	NUTSIII	2021	2,1	●	●	●
		Médicas/os dentistas por 1.000 habitantes (N.º)	INE	NUTSIII	2023	0,98	●	●	●
4	4.1 (educação primária e secundária)	Taxas de participação do pré-escolar ao ensino superior (%)	Eurostat	NUTSII	2022	18,2	●	●	○
	4.2 (acesso à educação na primeira infância)	Taxa bruta de pré-escolarização (%)	DGEEC	Municipal	2022/2023	103,5	●	●	●
	4.3 (acesso à formação profissional e educação superior)	Alunas/os inscritas/os no ensino superior (N.º)	DGEEC	NUTSIII	2023/2024	92 511	●	●	●
		Taxa de participação em educação (%) (20 a 24 anos)	Eurostat	NUTSII	2020	38,7	◎	●	●
		Distribuição de alunos e estudantes matriculados em programas profissionais no ensino secundário (%)	Eurostat	NUTSII	2022	59,6	●	○	○
		Aprendizagem ao longo de vida (%)	INE	NUTSII	2023	13,7	●	●	●
	4.4 (formação profissional e competências técnicas)	Proporção de indivíduos com idade entre 16 e 74 anos com competências digitais ao nível básico ou acima de básico (%)	INE	NUTSII	2023	54,5	◎	◎	◎
	4.5 (disparidades na educação), 4.6 (literacia de jovens e adultos)	Taxa de escolaridade do nível de ensino superior da população residente com idade entre 30 e 34 anos (%)	INE	NUTSII	2023	39,4	●	●	●
	4.5 (disparidades na educação), 4.6 (literacia de jovens e adultos)	Proporção de mulheres com idade entre 25 e 34 anos com ensino superior (%)	INE	NUTSII	2023	47,3	●	●	●
	4.6 (literacia de jovens e adultos)	Taxa de abandono precoce de educação e formação (%)	INE	NUTSII	2023	8,4	●	●	●

ODS	Meta(s)	Indicador	Fonte dados	Cobertura	Último ano disponível	Último valor disponível	Tendências		
							CP-5 anos	desde 2015	LP
5	5.1 (discriminação de género)	Índice de desempenho/ desvantagem das mulheres	Comissão Europeia	NUTSII	2021	53,6 / 32,4			
		Disparidade no ganho médio mensal entre homens e mulheres empregados por conta de outrem (%)	MTSSS/GEP	Municipal	2022	10,2			
	5.2 (violência de género)	Mulheres vítimas de homicídio em contexto de relação de intimidade atual/anterior (Nº trienal por 100.000 mulheres)	APAV	Municipal	2021	0,32			
		Proporção de mulheres vítimas de violência doméstica pelo parceiro no total de mulheres com 15+ anos (‰)	DGPJ	Municipal	2023	4,6			
	5.4 (trabalho não remunerado)	Mulheres inativas devido às responsabilidades domésticas no total da população inativa (%)	INE	NUTSII	2023	7,1			
		Disparidade de género no trabalho a tempo parcial (%)	INE	NUTSII	2023	5,2			
	5.5 (participação e liderança das mulheres)	Proporção de mulheres nos recursos humanos de I&D (%)	DGEEC	NUTSII	2022	40,9			
		Mulheres eleitas nas autarquias locais (%)	MAI	Municipal	2021	32,3			
		Disparidade de género em posições de liderança (%)	INE	NUTSII	2023	1,8			
6	6.1 (acesso universal à água)	Proporção de alojamentos servidos por abastecimento de água (%)	INE/ERSAR	Municipal	2022	98			
		Água segura (%)	ERSAR	Municipal	2021	98,9			
	6.3 (qualidade da água)	Proporção da superfície das massas de água superficiais com qualidade inferior a bom (%)	APA	Municipal	2021	62,1			
		Proporção de massas de água subterrâneas com qualidade inferior a bom (%)	APA	NUTSII	2021	35,0			
		Proporção de alojamentos servidos por tratamento de águas residuais (%)	INE/ERSAR	Municipal	2022	100,0			
	6.4 (escassez de água)	Água distribuída por habitante (m³/ hab)	INE	Municipal	2022	61,8			
	6.6 (ecossistemas da água)	Zonas húmidas de interesse internacional (ha)	INE	Municipal	2022	10 029			
7	7.1 (acesso a energia)	Proporção da população residente sem capacidade económica para manter a casa adequadamente aquecida (%)	INE	NUTSII	2023	16,1			
		Beneficiários da Tarifa Social de Energia (eletricidade) face à população residente (%)	DGEG	Municipal	2023	7,7			
	7.2 (energia renovável)	Proporção de energias limpas na produção de energia (%)	DGEG	NUTSII	2022	38,4			
		Proporção do consumo final de energias renováveis no setor dos transportes (%)	DGEG	Portugal	2022	8,70			
		Percentagem de energias renováveis no consumo final de energia elétrica (%)	INE	NUTSII	2022	64,0			
		Proporção de energias renováveis na produção de eletricidade (total)(%)	DGEG	NUTSII	2022	51,0			
	7.3 (eficiência energética)	Intensidade energética da economia em energia final (tep/ €)	INE	NUTSIII	2022	123,1			

ODS	Meta(s)	Indicador	Fonte dados	Cobertura	Último ano disponível	Último valor disponível	Tendências		
							CP-5 anos	desde 2015	LP
8	8.1 (crescimento económico)	Produto interno bruto a preços correntes (milhões de €)	INE	NUTSIII	2022	45 029	●	●	●
	8.3 (criação de emprego)	Nascimentos de Empresas no total das empresas da região (%)	INE	Municipal	2022	13,8	●	○	○
		Taxa de sobrevivência das Empresas nascidas 2 anos antes (%)	INE	NUTSII	2022	59,7	●	●	●
	8.5 (emprego pleno e produtivo)	Taxa de atividade da população residente com idade entre 16 e 64 anos (%)	INE	NUTSII	2023	79,1	●	●	○
		Taxa de desemprego (%)	INE	NUTSII	2023	5,2	●	●	●
		Taxa de desemprego de longa duração (%)	Eurostat	NUTSII	2023	1,7	●	●	○
		Taxa de desemprego jovem (16-24 anos)(%)	INE	NUTSII	2023	16,5	○	●	●
		Taxa de desemprego dos trabalhadores mais velhos (45+ anos)(%)	INE	NUTSII	2023	3,7	●	●	●
		Ganho médio mensal (€)	MTSSS/GEP	Municipal	2022	1 204	●	●	●
		Taxa de risco de pobreza (após transferências sociais) da população empregada com 18+ anos (%)	INE	NUTSII	2022	9,1	○	○	○
	8.6 (jovens 'neet')	Taxa de jovens com idade entre 16 e 34 anos não empregados que não estão em educação ou formação (%)	INE	NUTSII	2023	8,6	●	●	●
	8.8 (ambientes de trabalho seguros)	Acidentes de trabalho por 100.000 empregados (N.º)	MTSSS/GEP	NUTSIII	2022	4 413	●	●	○
	8.10 (acesso bancário)	Agências bancárias por 100.000 hab (N.º)	INE	NUTSII	2022	29,1	○	○	○
9	9.2 (industrialização sustentável)	Proporção do valor acrescentado bruto do setor da Indústria no total da região (%)	INE	NUTSII	2021	25,2	●	●	●
	9.4 (tecnologia limpa e eficiente)	Emissões CO ₂ indústria por VAB indústria (Kg/€)	APA	NUTSII	2019	0,56	●	●	●
	9.5 (promover inovação)	Despesa em I&D (milhões de €)	Eurostat	NUTSII	2022	713,62	●	●	●
		Pessoal ao serviço a tempo completo em atividades I&D (N.º)	Eurostat	NUTSII	2022	14 929	●	●	●
		Pessoal ao serviço em indústria transformadora de alta e média-alta tecnologia no total do pessoal ao serviço na indústria transformadora (%)	INE	NUTSIII	2022	18,5	○	○	●
		Pedidos de patentes de invenções realizados por residentes por milhão de habitantes (N.º)	INPIC	NUTSII	2022	113	●	●	●
	9.c (acesso tecnologia de informação e comunicação e internet)	Proporção de agregados domésticos privados com pelo menos um indivíduo com idade entre 16 e 74 anos e com ligação à Internet em casa através de banda larga (%)	INE	NUTSII	2023	83,1	●	●	●
10	10.4 (maior igualdade)	Coefficiente de Gini do rendimento monetário líquido por adulto equivalente (%)	INE	NUTSII	2022	32,7	○	○	○
		Desigualdade na distribuição de rendimento S80/S20 (N.º)	INE	NUTSII	2022	5,2	○	○	○
11	11.1 (acesso à habitação)	Carga mediana das despesas em habitação (%)	INE	NUTSII	2023	9,1	●	○	○
		Taxa de sobrelotação da habitação (%)	INE	NUTSII	2023	6,3	○	○	○
	11.2 (acesso a transportes)	Índice de acessibilidade diária	Comissão Europeia	NUTSII	2020	14,38	○	○	○
		Densidade das linhas ferroviárias em operação por 1000km2	INE	NUTSII	2023	33,45	●	●	●
		Vítimas de acidentes rodoviários (N.º)	INE	NUTSII	2022	10 115	○	○	●
	11.3 (urbanização sustentável)	Evolução da eficiência dos territórios artificializados por habitante (%)	INE	Municipal	2018	-8,4	○	●	○
	11.5 (pessoas afetadas por desastres)	Nº de mortes diretamente resultantes de desastres naturais, por 100.000 habitantes (N.º)	ANEPC	NUTSII	2022	0,35	○	○	○
		Nº de feridos/as diretamente resultantes de desastres naturais, por 100.000 habitantes (N.º)	ANEPC	NUTSII	2022	11,48	○	○	○
	11.6 (impacto ambiental)	Emissões de PM2.5 (kton)	APA	Municipal	2019	17,54	○	○	○
		Resíduos urbanos recolhidos por habitante (kg/ hab.)	INE	Municipal	2022	452	○	○	○
		Proporção de resíduos urbanos recolhidos selectivamente (%)	INE	Municipal	2022	17	●	●	●

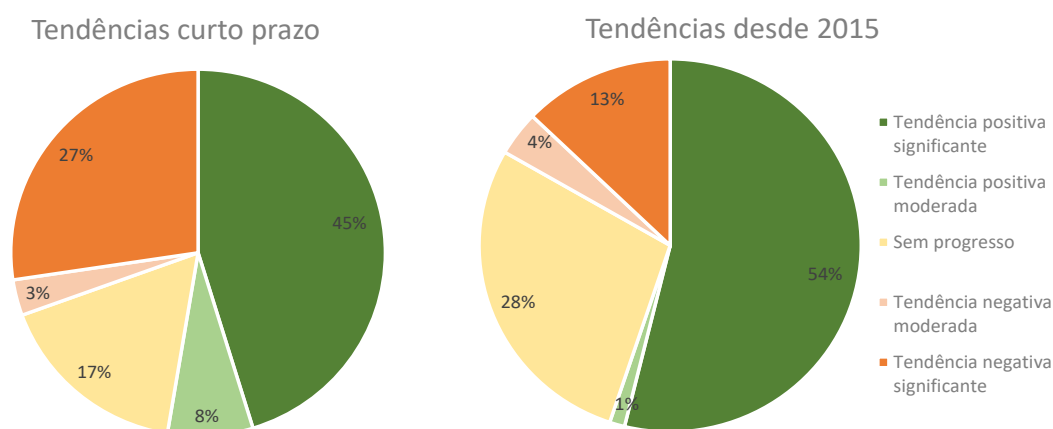
ODS	Meta(s)	Indicador	Fonte dados	Cobertura	Último ano disponível	Último valor disponível	Tendências		
							CP-5 anos	desde 2015	LP
12	12.2 (gestão de recursos naturais)	Pegada de Carbono - Gases com efeito de estufa face à população residente (tCO ₂ e per capita)	APA	Municipal	2019	7,6			
	12.4 (gestão de resíduos químicos)	Resíduos perigosos (toneladas)	EEA	Municipal	2022	70 083			
	12.5 (gestão de resíduos)	Proporção de resíduos urbanos preparados para reutilização e reciclagem (%)	INE	Municipal	2020	45,3			
13	13.2 (medidas para alterações climáticas)	Emissões de PM10 (kton)	APA	Municipal	2019	25,48			
		Emissões de CO ₂ (kton)	APA	Municipal	2019	12 991			
		Emissões de gases com efeito de estufa (com fontes naturais) (kton eqCO ₂)	APA	Municipal	2019	16 869			
		Índice de graus-dia de arrefecimento	Eurostat	NUTSII	2023	187			
		Índice de graus-dia de aquecimento	Eurostat	NUTSII	2023	1123			
14	14.1 (reduzir poluição marítima)	Águas balneares transicionais (estuários) de qualidade boa ou excelente (%)	APA - SNIRH	Municipal	2023	100			
	14.5 (zonas costeiras e marinhas)	Área costeira protegida no total da área costeira (%)	ICNF	NUTSII	2022	5,4			
		Águas balneares costeiras de qualidade boa ou excelente (%)	APA - SNIRH	Municipal	2023	100			
	14.7 (economia azul)	Valor acrescentado bruto da economia do mar (milhões de €)	INE	NUTSIII	2022	424,84			
	14.a (investigação em tecnologia marítima)	Despesa em I&D relativa à economia do mar (milhões de €)	DGPM	NUTSII	2020	17,33			
15	15.1 (recuperação de ecossistemas)	Abandono de terras (ha)	Comissão Europeia	NUTSII	2020	7.618			
		Área florestal no total da superfície territorial (%)	INE	Municipal	2018	50,1			
	15.2 (gestão de florestas)	Proporção de superfície ardida por incêndio rural (ha)	ICNF	Municipal	2021	1,7			
	15.5 (degradação de habitats)	Proporção de superfície das áreas protegidas (%)	ICNF	Municipal	2022	7,1			
		Erosão do solo estimada por hectare (ton/ha)	Comissão Europeia	NUTSII	2016	2,9			
16	16.1 (reduzir violência)	Taxa de criminalidade (‰)	DGPJ	Municipal	2022	27,4			
	16.3 (acesso igual justiça para todos)	Duração média dos processos findos nos tribunais (comarcas Coimbra, Aveiro, Leiria, Castelo Branco, Guarda, Viseu) (meses)	DGPJ	Comarca	2023	11,8			
	16.5 (reduzir corrupção)	Dimensão da corrupção do Índice de Qualidade do Governo	Universidade Gotemburgo	NUTSII	2024	-0,32			
		Número de crimes registados como corrupção cometidos no exercício de funções públicas (média 3 anos)	DGPJ	Municipal	2023	10,3			
	16.6 (instituições eficazes)	Taxa de abstenção nas eleições locais (%)	MAI	Municipal	2021	43,8			
		Índice de Qualidade do Governo	Universidade Gotemburgo	NUTSII	2024	0,06			
17	17.6 (cooperação regional e internacional)	Proporção de co-patentes com regiões estrangeiras no total das co-patentes (%)	OCDE	NUTSIII	2015	61,4			
	17.8 (facilitar tecnologia)	Indivíduos que usam internet para interação com organismos da administração pública (%)	Eurostat	NUTSII	2021	48,6			
	17.12 (importações de países em desenvolvimento)	Importações de países em desenvolvimento no total das importações (%)	INE	NUTSII	2023	13,35			

É importante enfatizar que estes indicadores devem ser lidos levando em consideração as características demográficas, socioeconômicas, ambientais e políticas da região Centro para serem corretamente interpretados. É necessário ter em conta desafios gerais, como alterações de comportamentos em sociedade, a exigência de cooperação em rede, o alinhamento de políticas e também adaptar a sua interpretação a fenómenos como a crise climática, a crise financeira, a pandemia, a guerra, os movimentos migratórios, a diversidade regional, fatores demográficos como o envelhecimento da região, bem como uma visão sistémica analisando as sinergias e compensações que existem entre os diferentes ODS, não fazendo leituras cumulativas ou individuais.

Dos 110 indicadores recolhidos, e que garantem a abrangência desta ferramenta de monitorização dos ODS, as tendências a curto prazo (com base nos últimos cinco anos) podem ser calculadas para 95 indicadores, enquanto as tendências desde 2015 só podem ser calculadas para 78 indicadores devido à indisponibilidade de dados.

As tendências que a seguir se apresentam, foram calculadas utilizando a metodologia do Eurostat no seu relatório “Sustainable development in the European Union”⁴, com adaptações para incluir tendências com progressos nulos ou limitados.

Figura 4. Tendências de curto prazo e tendências desde 2015

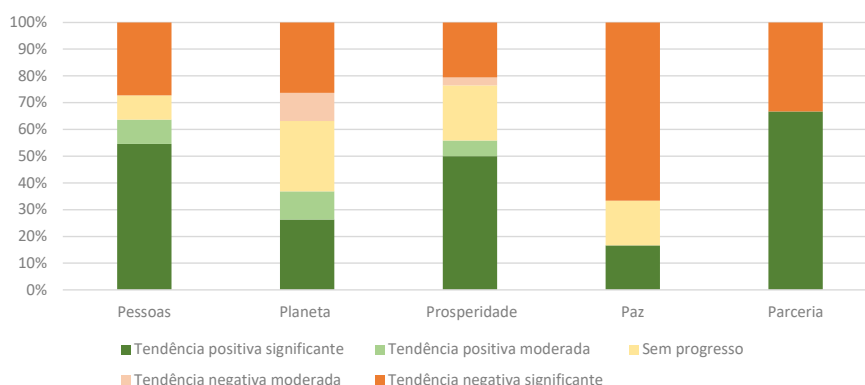


Uma análise das tendências estatísticas revela que, a meio do percurso da Agenda 2030, a Região Centro está a fazer progressos significativos em aproximadamente 45% dos indicadores. Por conseguinte, devem ser intensificados os esforços para acelerar a implementação dos ODS, com especial atenção para as áreas que apresentam uma progressão negativa. Vários indicadores sociais e económicos mostraram o impacto direto da pandemia de COVID-19 e dos subsequentes confinamentos. No entanto, estes indicadores também demonstraram a resiliência da sociedade, com resultados que indicam um regresso ou mesmo uma melhoria em 2023 em comparação com os valores pré-pandémicos.

4 - Eurostat (2023), Sustainable development in the European Union – Monitoring report on progress towards the SDGs in an EU context, Publication Office of the European Union, Luxembourg.

As tendências positivas observadas nos ODS não estão distribuídas uniformemente entre as cinco áreas de importância conhecidas como os 5P's, conforme definido pelas Nações Unidas: Pessoas (reunindo os ODS 1 a 5), Planeta (reunindo o ODS 6 e os ODS 12 a 15), Prosperidade (ODS 7 a 11), Paz (ODS 16) e Parcerias (ODS 17).

Figura 5. Tendências de curto prazo na Região Centro distribuídas pelos 5P's dos ODS

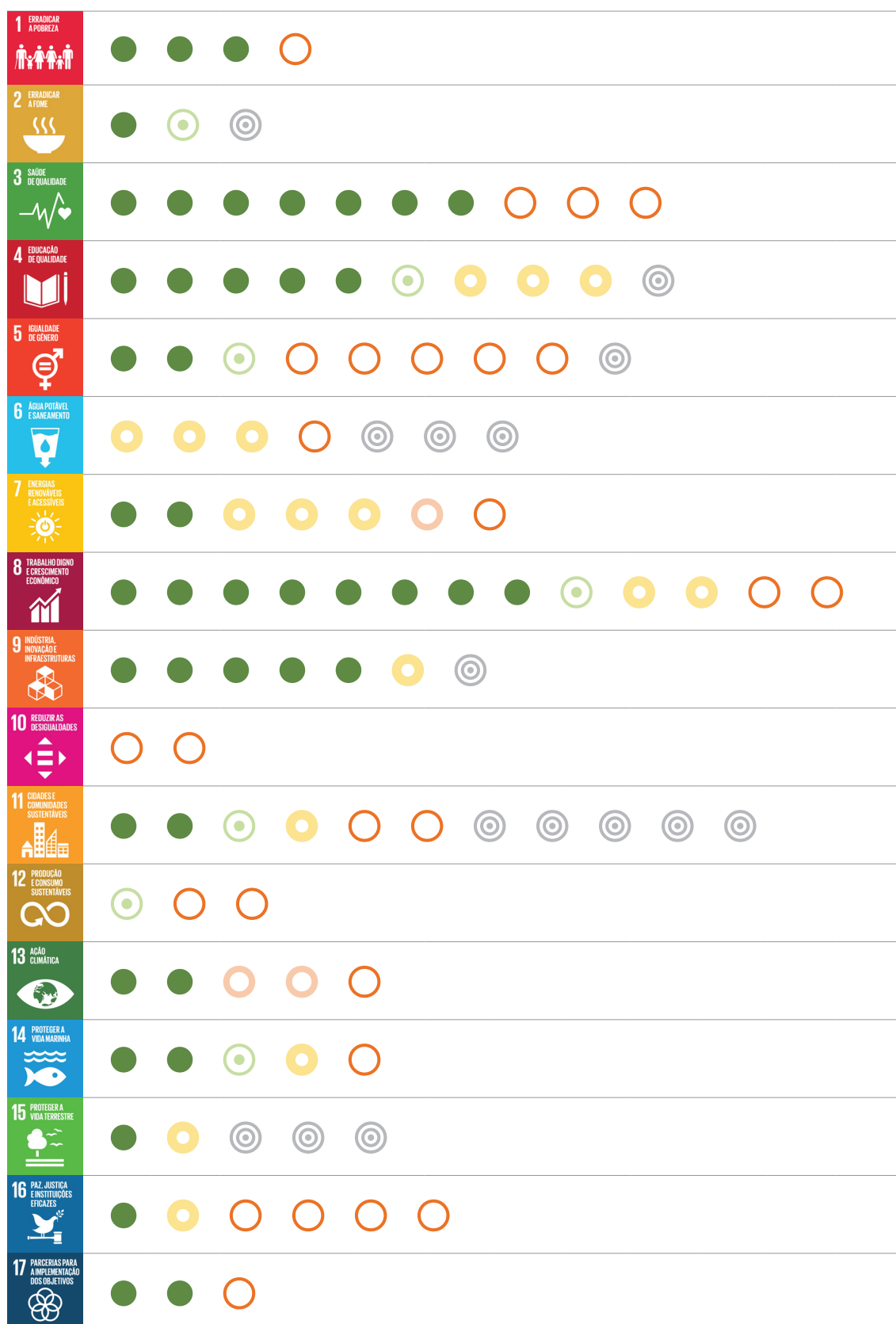


A proporção de tendências positivas significativas é de pelo menos 50% para Pessoas, Prosperidade e Parceria, o que é o dobro do observado para Planeta e mais do triplo do registado para Paz. No entanto, este facto não implica que os ODS associados ao Planeta tenham uma maior proporção de tendências negativas. De facto, os indicadores relacionados com o Planeta demonstram uma taxa elevada de tendências de estagnação, o que é compreensível tendo em conta que as alterações ambientais são mais difíceis de atingir. Por conseguinte, é particularmente importante examinar as tendências a longo prazo para estes indicadores.

É importante realçar que há ODS que estão interligados, o que significa que ações num determinado objetivo podem afetar os resultados de outros. Portanto, é essencial reconhecer as interconexões, as sinergias e as possíveis compensações (trade-offs) entre os ODS, para orientar políticas e ações que procurem um desenvolvimento equilibrado em termos de sustentabilidade social, económica e ambiental. Isto porque, entre os ODS existem relações que, por vezes, traduzem complementaridades e convergências, no sentido em que progressos num deles concorrem para sucessos noutros; no entanto, pode também existir, em certas circunstâncias, algum potencial conflito, no sentido em que progressos num deles podem comprometer a evolução desejada noutros. De salientar ainda que existem ODS que agem como multiplicadores para interações positivas e negativas, exercendo grande influência sobre outros ODS através das suas sinergias e efeitos induzidos/indiretos.

Globalmente, a Região Centro demonstra uma maioria de tendências positivas, tanto a curto prazo, como desde 2015. No entanto, esta observação também destaca a necessidade de esforços contínuos para alcançar as metas da Agenda 2030. Em particular, cerca de 30% dos indicadores estão a afastar-se da direção desejada, indicando que é necessária mais atenção e ação para impulsionar o progresso e alcançar o desenvolvimento sustentável. A análise permite observar que, apesar de avanços significativos em algumas áreas, existem outras onde o progresso é insuficiente ou onde até se verificam retrocessos, indicando a necessidade de uma intervenção mais eficaz para alcançar os objetivos traçados até 2030.

Figura 6. Evolução dos indicadores de monitorização dos ODS na Região Centro nos últimos 5 anos

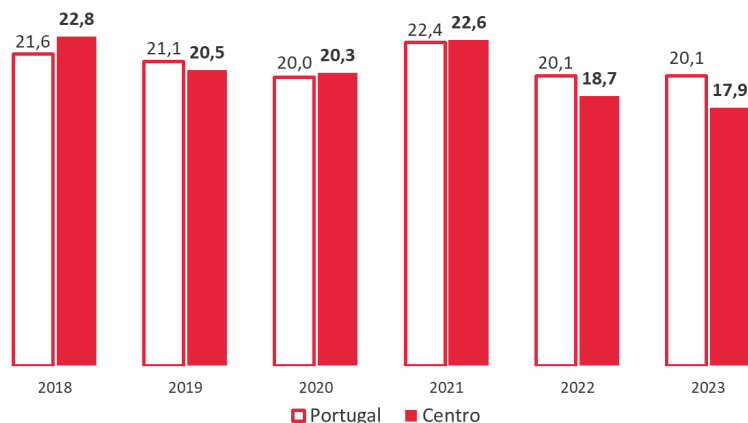


FICHAS DE MONITORIZAÇÃO DOS ODS NA REGIÃO CENTRO



Proporção da população residente em risco de pobreza ou exclusão social, 2018 a 2023 (%)

Fonte: INE, Inquérito às condições de vida e rendimento



- A população está em risco de pobreza ou exclusão social quando se encontra em, pelo menos, uma das três situações seguintes: em risco de pobreza monetária e/ou vive em agregados com intensidade laboral per capita muito reduzida e/ou em situação de privação material e social severa.
- Na Região Centro, a população em risco de pobreza ou exclusão social baixou de forma relevante em 2023, com -0,8 pontos percentuais face ao ano anterior, situando-se nos 17,9%.

- Dos três indicadores que compõem o risco de pobreza ou exclusão social, é a taxa de risco de pobreza a mais relevante. Em 2022, estima-se que 15,6% da população residente na região estivesse nesta situação, ou seja, abaixo da linha nacional de pobreza, que nesse ano foi de 591 euros mensais por adulto equivalente.

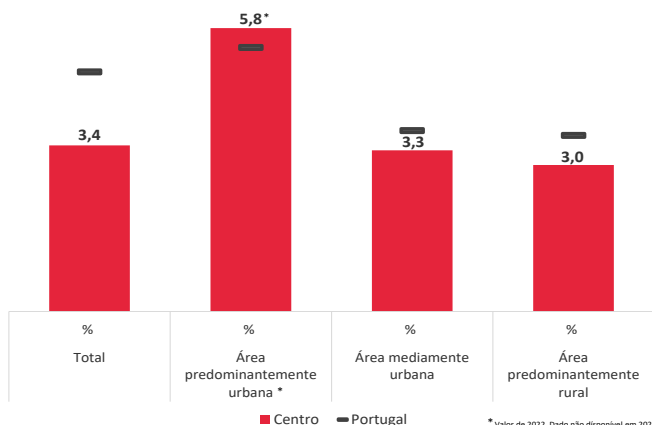
1



**ERRADICAR
A POBREZA
EM TODAS AS
SUAS FORMAS,
EM TODOS OS
LUGARES**

Taxa de sobrecarga das despesas em habitação por tipologia de área urbana, 2023 (%)

Fonte: INE, Inquérito às condições de vida e rendimento



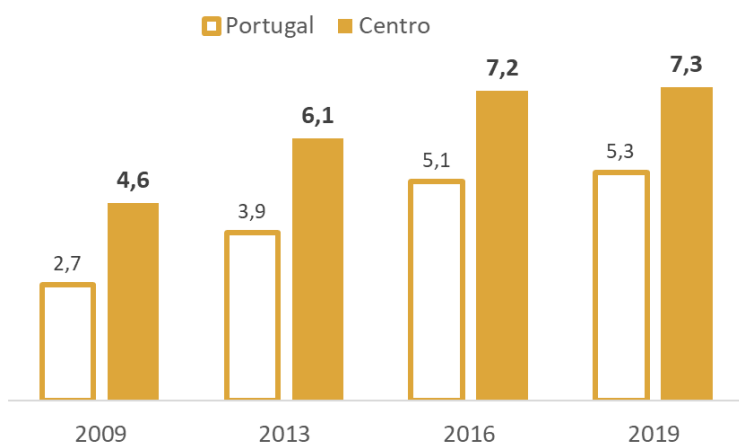
- As despesas de habitação estão relacionadas com a renda, água, eletricidade, gás ou outros combustíveis, condomínio, saneamento, manutenção e pequenas reparações, bem como com juros relativos ao crédito à habitação principal e seguros. O seu peso no orçamento familiar pode determinar o risco de pobreza do agregado.
- A taxa de sobrecarga das despesas em habitação, que corresponde à proporção de pessoas que vivem em agregados familiares em que o rácio entre as despesas anuais com a habitação e o rendimento

disponível (deduzidas as transferências sociais relativas à habitação) é superior a 40%, foi de 3,4% em 2023, abaixo da média nacional.

- São as áreas predominantemente urbanas que registam a maior taxa de sobrecarga das despesas em habitação (5,8% em 2022), com as áreas predominantemente rurais a registar 3,0% (2023). Dados nacionais indicam que são as famílias monoparentais e as famílias unipessoais que registam as taxas mais elevadas.

Proporção da superfície agrícola em agricultura biológica, 2009 a 2019 (%)

Fonte: INE, Recenseamento agrícola



• A agricultura biológica refere-se ao modo de produção agrícola, sustentável, baseado na atividade biológica do solo, alimentada pela incorporação de matéria orgânica, que constitui a base da fertilização, evitando o recurso a produtos químicos de síntese e adubos facilmente solúveis, respeitando o bem-estar animal e os encabeçamentos adequados, privilegiando estratégias preventivas na

sanidade vegetal e animal. Procura-se, desta forma, a obtenção de alimentos de qualidade, a sustentabilidade do ambiente, a valorização dos recursos locais e a dignificação da atividade agrícola.

• Na Região Centro, 7,3% da superfície agrícola já é de agricultura biológica, valor acima da média nacional.

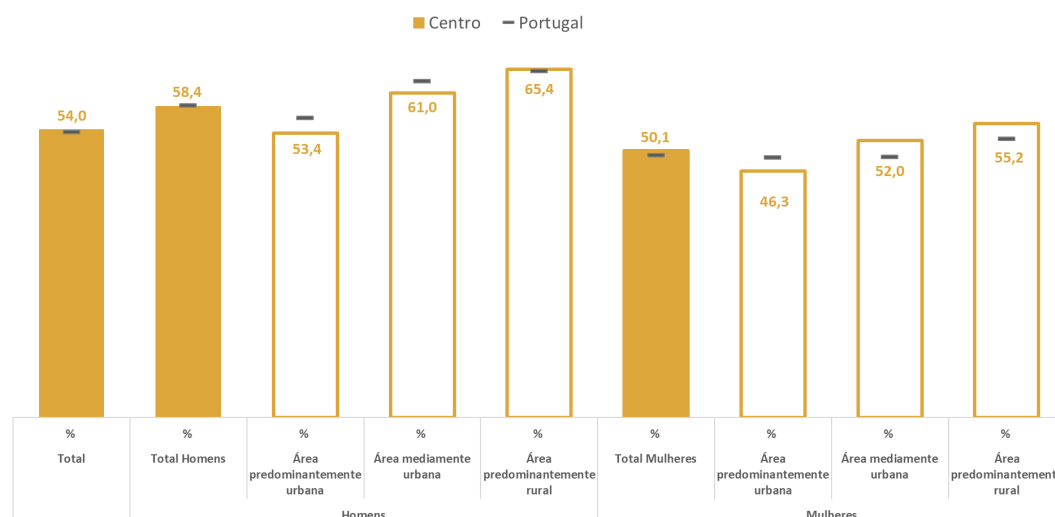
2



ERRADICAR A FOME, ALCANÇAR A SEGURANÇA ALIMENTAR, MELHORAR A NUTRIÇÃO E PROMOVER A AGRICULTURA SUSTENTÁVEL

Proporção da população residente com 18 e mais anos com excesso de peso ou obesidade, 2019 (%)

Fonte: INE, Inquérito às condições de vida e rendimento



• Em 2019, 58,4% dos homens e 50,1% das mulheres residentes da Região Centro tinham excesso de peso ou obesidade, valores em linha com os registos nacionais.

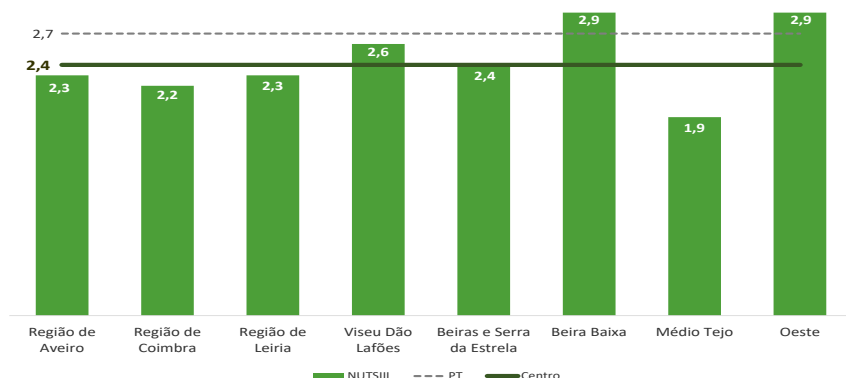
• É nas áreas predominantemente rurais que se encontram mais pessoas com excesso de peso ou

obesidade: quase dois terços dos homens e 55,2% das mulheres.

• Face a 2014, o peso da população com excesso de peso ou obesidade aumentou no país (52,8% em 2014 e 53,6% em 2019) e diminuiu na Região Centro (55,4% em 2014 e 54,0% em 2019).

Taxa quinquenal de mortalidade infantil, 2018-2022 (‰)

Fonte: INE, Óbitos por causas de morte / DataCentro



- A taxa quinquenal de mortalidade infantil reporta o número de óbitos de crianças com menos de um ano de idade nos últimos cinco anos no total de nados-vivos desse período.
- Na Região Centro, a taxa quinquenal de mortalidade infantil (2,4‰) é inferior ao registo nacional (2,7‰), diminuindo face a uma década atrás, quando registaram 2,9‰ e 3,2‰, respetivamente (2008-2012).

- Das oito sub-regiões as Beiras e Serra da Estrela coincide com o valor regional, três superam-no (Viseu Dão Lafões, Beira Baixa e Oeste) e as restantes quatro ficam abaixo deste. O Médio Tejo é a sub-região com a taxa mais baixa.

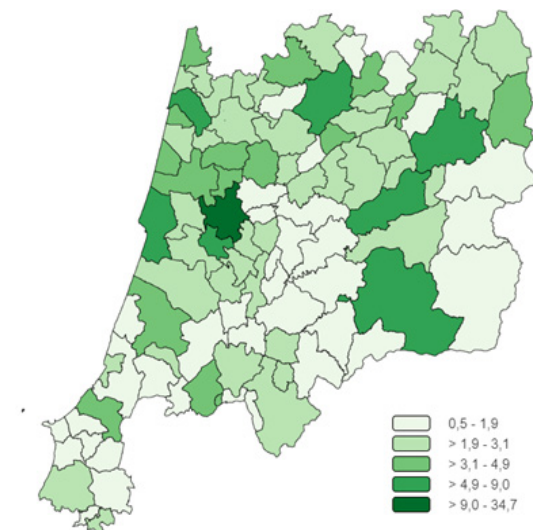
3



**GARANTIR O
ACESSO À SAÚDE
DE QUALIDADE
E PROMOVER O
BEM-ESTAR PARA
TODOS, EM TODAS
AS IDADES**

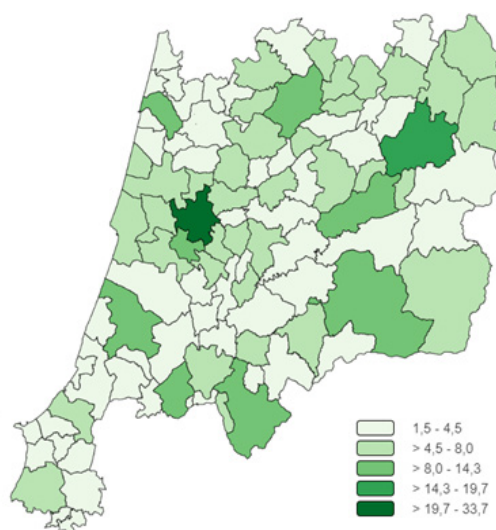
Médicas/os por 1.000 habitantes (por local de residência), 2023 (N.º)

Fonte: INE, Estatísticas do pessoal de saúde / DataCentro



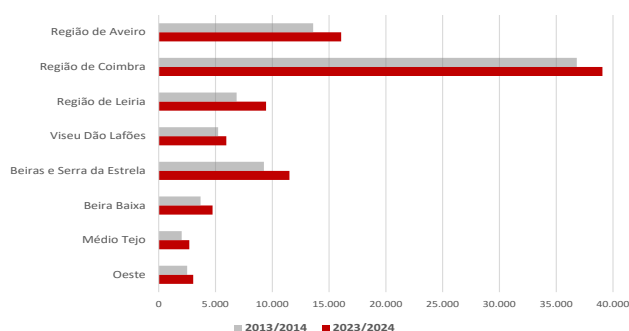
- A Região Centro tem 5,5 médicas/os por cada 1.000 habitantes, abaixo da média nacional de 5,8. Quanto ao pessoal de enfermagem, a região fica acima da média nacional, com 8 enfermeiras/os por 1.000 habitantes, face a 7,9 nacionais.

Enfermeiras/os por 1.000 habitantes (por local de trabalho), 2023 (N.º)



- O município de Coimbra aparece claramente destacado, devido à presença do Centro Hospitalar e Universitário de Coimbra, que serve toda a região.

Alunos matriculados no Ensino Superior na Região Centro, 2013/2014 e 2023/2024 (N.º)



- No ano letivo 2023/2024, na Região Centro existiam 92.511 alunos matriculados no ensino superior, representando cerca de 20,6% do total nacional.
- Este valor supera o de 2013/2014, com a região a registar mais 12.529 alunos matriculados. Esta subida é partilhada com todas as sub-regiões, uma vez que as oito registaram um incremento no número de alunos matriculados

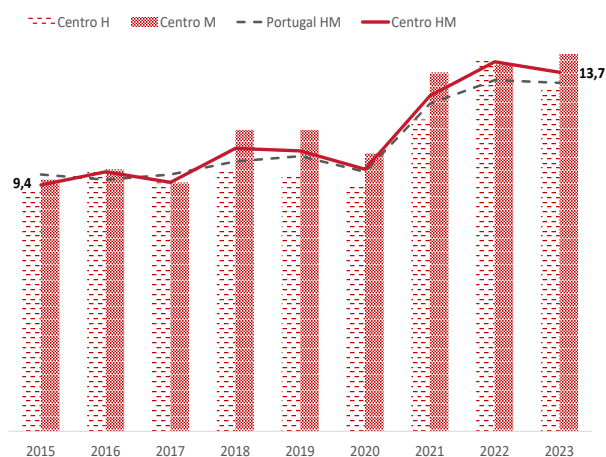
- A Região de Coimbra destaca-se com 42% dos alunos matriculados no Centro, seguindo-se a Região de Aveiro, com 17%, e Beiras e Serra da Estrela, com 12%. Estas três sub-regiões contam, no seu território, com Universidades. As oito sub-regiões acolhem instituições de ensino politécnico.

4



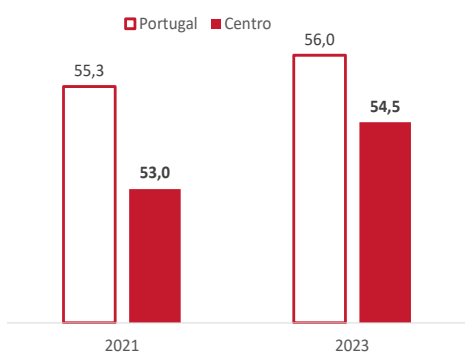
GARANTIR O ACESSO À EDUCAÇÃO INCLUSIVA, DE QUALIDADE E EQUITATIVA, E PROMOVER OPORTUNIDADES DE APRENDIZAGEM AO LONGO DA VIDA PARA TODOS

Aprendizagem ao longo da vida, 2015 a 2023 (%)



- A aprendizagem ao longo da vida reflete a aprendizagem intencional desenvolvida ao longo da vida, em contextos formais, não formais ou informais, no quadro de uma perspetiva pessoal, cívica, social e/ou profissional.
- Apesar de os números ainda serem baixos, a Região Centro tem vindo a aumentar a sua população adulta (25 a 64 anos) envolvida em ações de aprendizagem, tendo passado de 9,4% em 2015 para 13,7% em 2023.
- A Região Centro está, desde 2018, acima da média nacional.
- Excetuando o ano de 2022, em todos os outros anos são as mulheres que registam maior incidência em ações de aprendizagem.

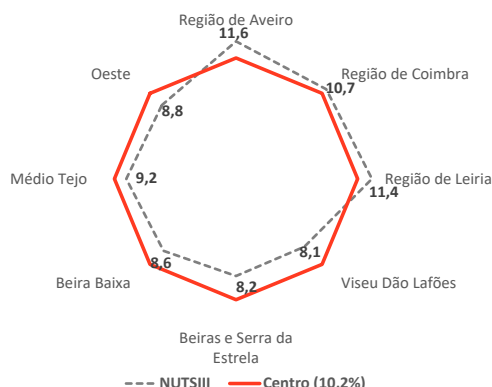
Proporção de indivíduos (16-74 anos) com competências digitais ao nível básico ou acima de básico, 2021 e 2023 (%)



- As competências digitais são hoje fundamentais para permitir uma utilização da tecnologia eficaz e produtiva, sendo a tecnologia digital já parte integrante da vida (pública, privada e profissional) dos cidadãos.
- Mais de metade da população portuguesa (56%) já tem competências digitais ao nível básico ou acima do básico, com a população da Região Centro a obter um registo ligeiramente inferior (54,5%), mas tendo aumentado 1,5 pontos percentuais face a 2021.

Disparidade no ganho médio mensal (entre homens e mulheres) da população empregada por conta de outrem na Região Centro, 2022 (%)

Fonte: MTSSS/GEP, Quadros de pessoal



• A disparidade no ganho médio mensal da população empregada por conta de outrem segundo o sexo é superior na Região Centro (10,2%) face ao país (8,6%), estando a baixar desde 2015, quando registou 11,8% e 10,9%, respetivamente.

• As sub-regiões com maiores níveis de disparidade são as do litoral, nomeadamente a Região de Aveiro (11,6%), Região de Leiria (11,4%) e Região de Coimbra (10,7%). As sub-regiões do interior registam os valores mais baixos Viseu Dão Lafões com 8,1% e Beiras e Serra da Estrela com 8,2%.

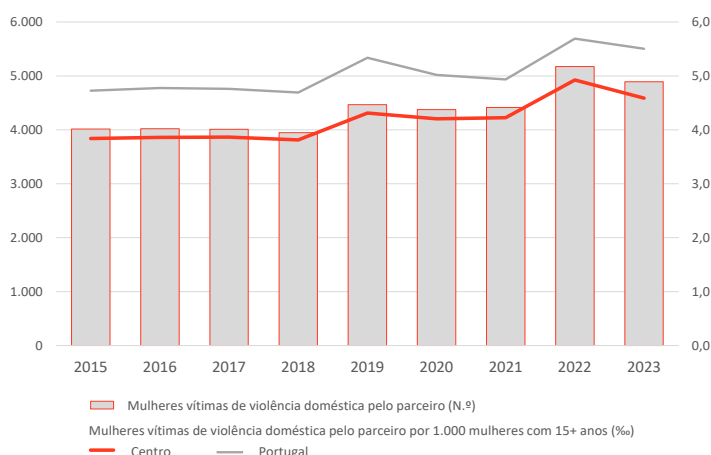
5



ALCANÇAR A IGUALDADE DE GÉNERO E EMPODERAR TODAS AS MULHERES E RAPARIGAS

Mulheres vítimas de crimes de violência doméstica pelo parceiro (N.º) e proporção no total de mulheres com 15 ou mais anos na Região Centro, 2015 a 2023 (‰)

Fonte: DGPI

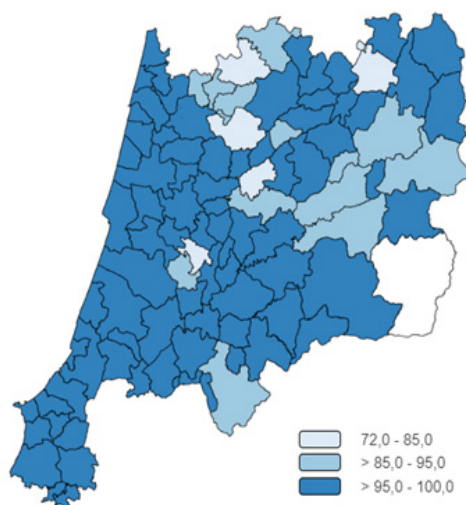


• Na Região Centro, o número de mulheres vítimas de crimes de violência pelo parceiro aumentou desde 2019, observando-se um ligeiro decréscimo no último ano, com 4,6 mulheres por cada mil nesta situação. Ainda assim ao longo dos anos este valor é inferior à média nacional, que em 2023 registou 5,5 mulheres por cada mil nesta situação.

• Entre 2015 e 2018, por ano, cerca de quatro mil mulheres residentes na região foram vítimas de crimes de violência doméstica. Desde 2019, esse número tem aumentado, tendo já ultrapassando as cinco mil, em média, nos últimos dois anos.

Proporção de alojamentos servidos por abastecimento de água, 2022 (%)

Fonte: ERSAR / DataCentro

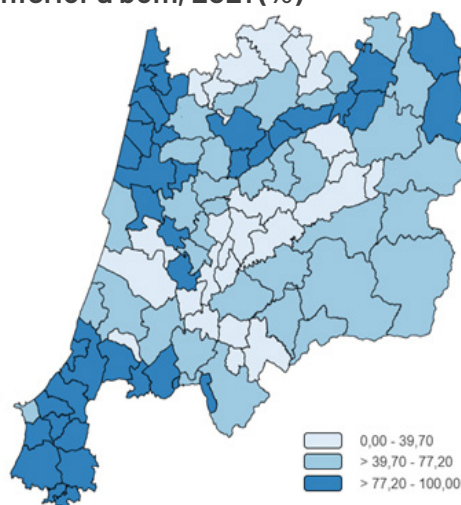


• Cerca de 98% dos alojamentos da Região Centro são servidos por abastecimento de água através de sistemas públicos urbanos de serviços de água. Não há informação disponível apenas para um município dos 100 da região e 81 municípios já têm 96% ou mais alojamentos servidos por abastecimento de água. É sobretudo no interior da região que se verificam ainda algumas dificuldades no acesso a este serviço.

• Em 2021, 62,1% das massas de água superficiais da Região Centro apresentavam uma qualidade inferior a bom. Esta percentagem, sendo elevada, representa desafios significativos para a gestão ambiental e exige esforços acrescidos

Proporção da superfície das massas de água superficiais com qualidade inferior a bom, 2021 (%)

Fonte: APA / DataCentro



para melhorar a qualidade das massas de água. Enquanto, os municípios de Castanheira de Pêra, Manteigas e Vila de Rei não têm massas de água superficiais com qualidade inferior a bom, as sub-regiões do Oeste e da Região de Aveiro registaram elevadas percentagens, evidenciando a necessidade de medidas prioritárias de intervenção nestas áreas. Nesse contexto, a Visão Estratégica para a Região Centro 2030 propõe intervenções como a promoção do uso racional da água, a valorização dos recursos hídricos e a recuperação de passivos ambientais, fundamentais para travar a deterioração da qualidade das massas de água, que tem vindo a agravar-se desde 2015.

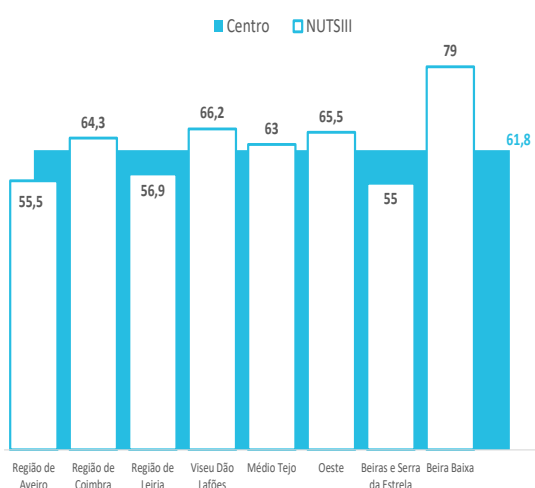
6



**GARANTIR A
DISPONIBILIDADE
E A GESTÃO
SUSTENTÁVEL
DA ÁGUA POTÁVEL
E DO SANEAMENTO
PARA TODOS**

Água distribuída por habitante, 2022 (m³)

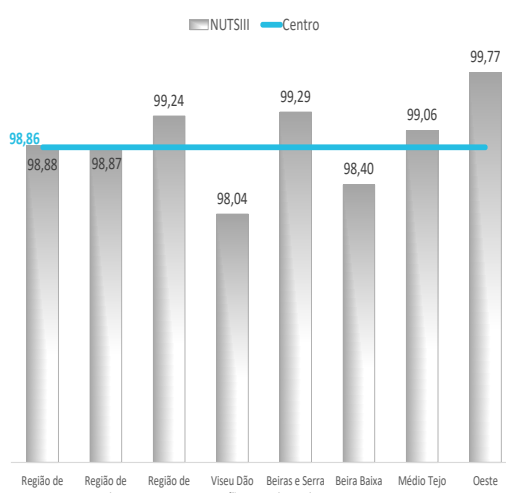
Fonte: INE, ERSAR, ERSARA, DREM



• Na Região Centro consome-se, em média, 61,8 m³ de água por habitante, abaixo dos 64,6 m³ da média nacional. Três sub-regiões, Beiras e Serra da Estrela (com o valor mínimo de 55 m³), Região de Aveiro e Região de Leiria registam valores inferiores à média da região, sendo que, entre as restantes, Beira Baixa regista o valor máximo (79 m³).

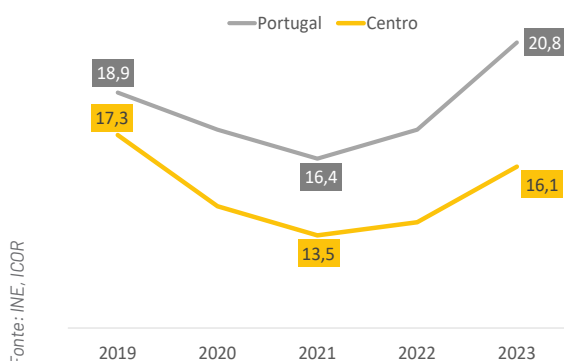
Água segura, 2021 (%)

Fonte: ERSAR



• A percentagem de água controlada e de boa qualidade, segundo os parâmetros fixados na lei, é de 98,86% na Região Centro, em 2021, valor ligeiramente inferior ao nacional (98,97%) mas superado pela Região de Leiria, Beiras e Serra da Estrela, Médio Tejo e Oeste.

Proporção da população residente sem capacidade económica para manter a casa adequadamente aquecida, 2019 a 2023 (%)



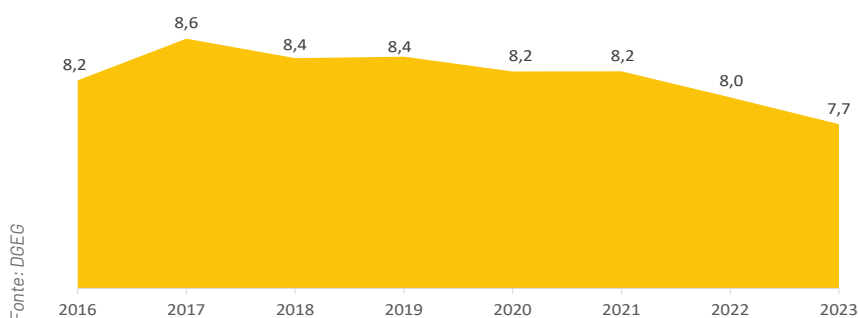
- Da população que vive em situação de carência por dificuldades económicas de, pelo menos, cinco de 13 itens diz-se que está em privação material e social. Um desses 13 itens incide na questão energética, ou seja, na incapacidade económica da população para manter a casa adequadamente aquecida.
- Na Região Centro, a população nesta situação baixou de 17,3% em 2019, para 16,1% em 2023, atingindo um mínimo de 13,5% em 2021, e distanciando-se da média nacional nos últimos anos (-4,7 pontos percentuais. em 2023).

7



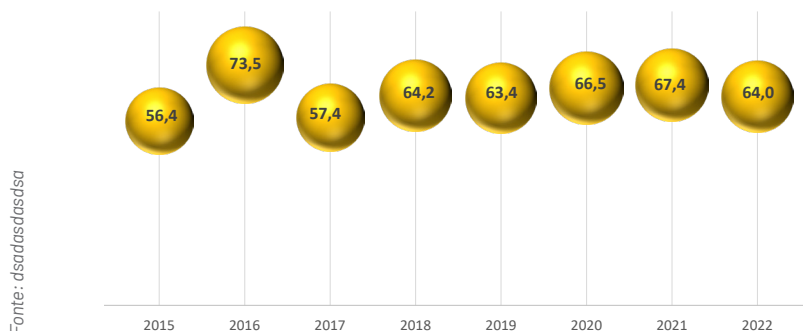
**GARANTIR
O ACESSO A
FONTES DE
ENERGIA FIÁVEIS,
SUSTENTÁVEIS E
MODERNAS PARA
TODOS**

Beneficiários da Tarifa Social de Energia (eletricidade) face à população residente da Região Centro, 2016 a 2023 (%)



- A tarifa social de energia é um apoio social para famílias em situação de carência socioeconómica, traduzindo-se num desconto na tarifa de acesso às redes de eletricidade e gás natural.
- Em 2023, 7,7% da população residente no Centro era beneficiária da Tarifa Social de Energia Elétrica, registo inferior aos anos anteriores.

Peso das energias renováveis no consumo final de energia elétrica na Região Centro, 2015 a 2022 (%)

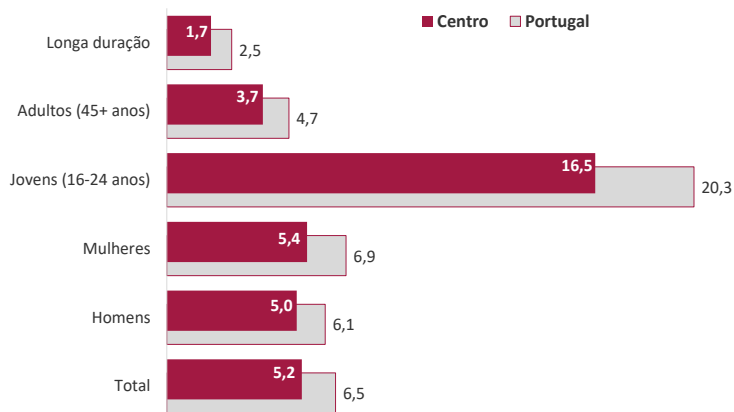


- Em 2022, 64,0% da energia elétrica consumida na Região Centro foi produzida através de energias renováveis, tendo este peso no país sido de 52,2%.

Face a 2021, observou-se uma diminuição neste indicador de 3,4 pontos percentuais na região.

Taxa de desemprego, 2023 (%)

Fonte: INE, Inquérito ao emprego



8



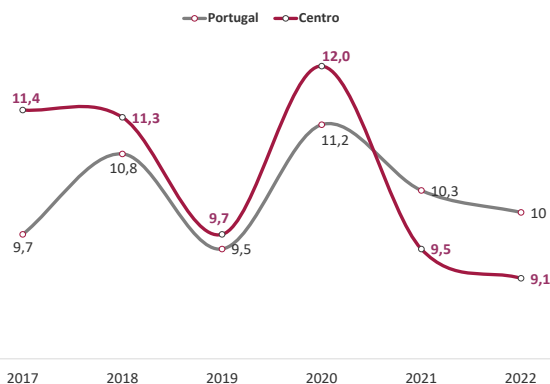
**PROMOVER O
CRESCIMENTO
ECONÓMICO
INCLUSIVO E
SUSTENTÁVEL, O
EMPREGO PLENO
E PRODUTIVO
E O TRABALHO
DIGNO PARA
TODOS**

- A Região Centro regista valores inferiores à média nacional nas várias categorias do desemprego.
- As mulheres e os jovens são mais vulneráveis ao desemprego face aos homens e aos adultos mais velhos.

- O desemprego de longa duração é praticamente residual no cômputo geral.
- A taxa de desemprego regional era de 10% em 2015, baixando para 5,2% em 2019. Fruto da pandemia, registou 5,8% em 2020 e 2021, voltando aos 5,2% em 2023.

Taxa de risco de pobreza da população empregada com 18 e mais anos de idade, 2017 a 2022 (%)

Fonte: INE, Inquérito às condições de vida e rendimento

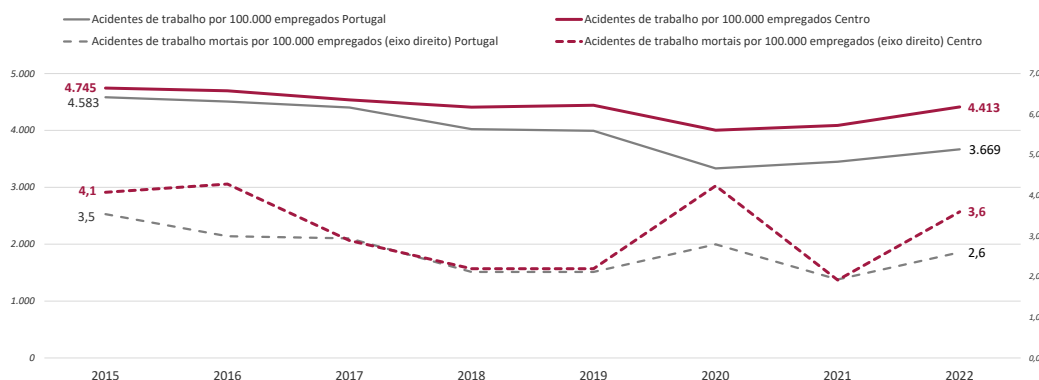


- De 2017 a 2020 a Região Centro registou valores superiores à média nacional. Esta situação inverteu-se, em 2021, registando 9,5% (abaixo da média nacional de 10,3%), tendo a Região Centro assinalado uma taxa de pobreza dos trabalhadores de 9,1%, em 2022, abaixo do registo nacional de 10% e bastante abaixo do seu registo de 2020 (-2,9 pontos percentuais), marcado pela pandemia.

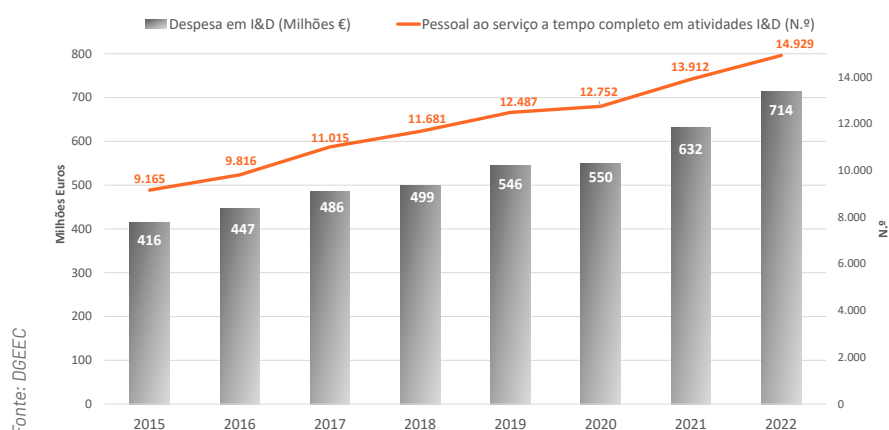
- Quanto aos acidentes de trabalho, a região destaca-se pelos valores acima da média nacional, em 2022, 3,6 trabalhadores perderam a vida por cada 100 mil, mais 1 trabalhador que na média nacional, em que 2,6 trabalhadores perderam a vida por cada 100 mil).

Acidentes de trabalho (totais e mortais) por 100.000 empregados, 2015 a 2022 (N.º)

Fonte: GEP, MTSSS / DataCentro

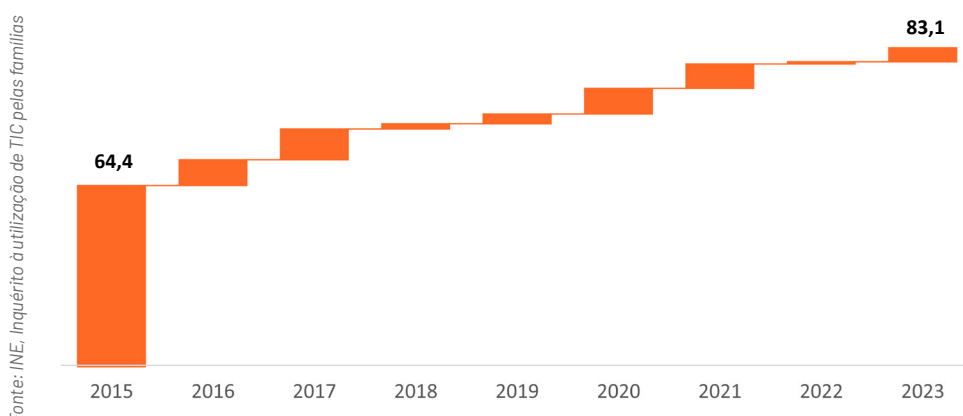


Despesa em I&D (Milhões €) e pessoal ao serviço a tempo completo em atividades I&D na Região Centro (N.º)



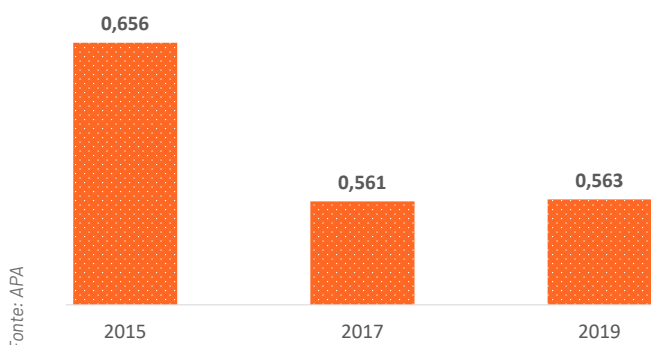
- A despesa em Investigação e Desenvolvimento (I&D) subiu consecutivamente desde 2015, tendo atingido a marca dos 714 milhões de euros em 2022, representando 17,3% da despesa total nacional nesse ano.
- Em paralelo, também o pessoal ao serviço em atividade de I&D tem aumentado ao longo dos anos, registando quase 15 mil pessoas em 2022, ou seja, 13,2‰ da população ativa da região (e 20,1‰ do pessoal a nível nacional).

Proporção de agregados domésticos privados com pelo menos um indivíduo entre 16 e 74 anos, com ligação à Internet em casa, de banda larga, na Região Centro, 2015 a 2023 (%)



- A proporção de agregados domésticos com ligação à internet em casa através de banda larga tem vindo a subir de forma contínua ao longo dos anos na Região Centro, sendo de 83,1% em 2023. Vinte anos antes, em 2003, era de 4%, e em 2013 era de 55,4%.
- Em Portugal, o registo foi superior, 85,8% em 2023, tendo registado 7,9% em 2003 e 61,6% em 2013.

Emissões CO₂ da indústria por VAB indústria na Região Centro, 2015 a 2019 (Kg/€)



- A modernização da indústria através da adoção de processos produtivos sustentáveis e do reforço do investimento público em I&D tem sido um desígnio da região, conforme Estratégia de Especialização Inteligente da Região Centro (RIS3 do Centro).
- De acordo com os dados do inventário nacional da APA, as emissões CO₂ da indústria por VAB diminuíram face a 2015.

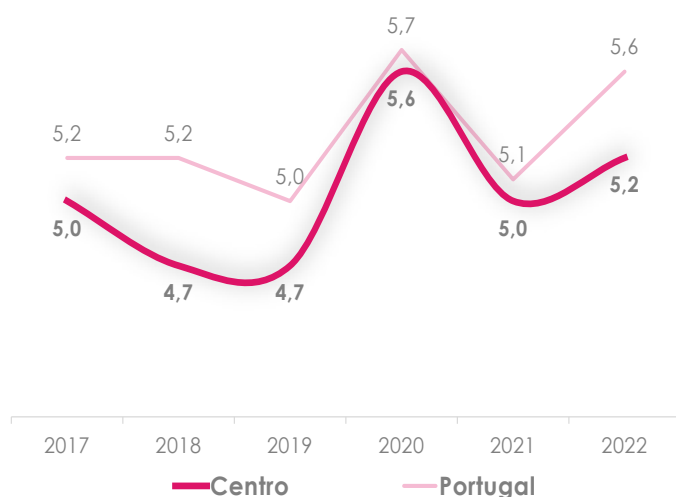
9



**CONSTRUIR
INFRAESTRUTURAS
RESILIENTES,
PROMOVER A
INDUSTRIALIZAÇÃO
INCLUSIVA E
SUSTENTÁVEL
E FOMENTAR A
INOVAÇÃO**

Desigualdade na distribuição de rendimento S80/S20, 2017 a 2022 (Nº)

INE, Inquérito às condições de vida e rendimento



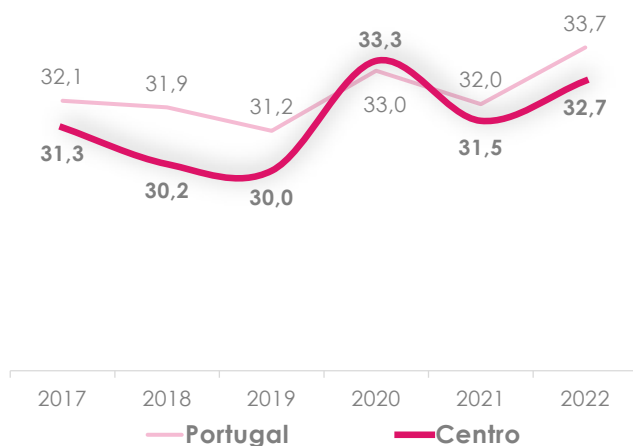
10



**REDUZIR AS
DESIGUALDADES
NO INTERIOR DOS
PAÍSES E ENTRE
PAÍSES**

Coeficiente de Gini do rendimento monetário líquido por adulto equivalente, 2017 a 2022 (%)

INE, Inquérito às condições de vida e rendimento

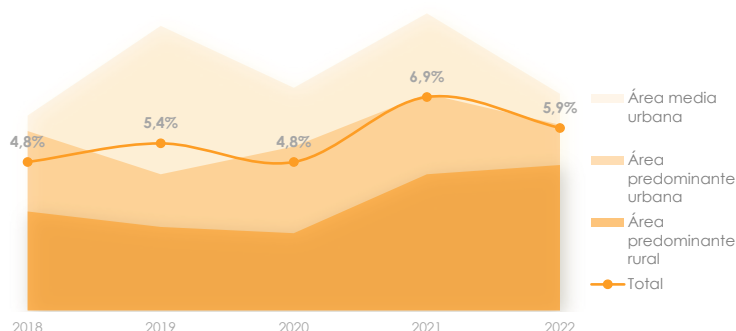


• A monitorização do ODS 10 na Região Centro está limitada às desigualdades de rendimento, uma vez que faltam informações sobre outros temas importantes a nível subnacional. Os dados sobre o coeficiente de Gini e a desigualdade na distribuição de rendimentos entre os 20% superiores e os 20% inferiores da população na Região Centro registaram uma ligeira melhoria entre 2017 e 2019, seguida de

um declínio significativo em 2020. Após uma ligeira melhoria em 2021, os números voltaram a agravar-se em 2022 para níveis similares a 2020. São necessários dados mais abrangentes durante um período mais longo para tirar conclusões definitivas sobre o estado da desigualdade de rendimentos na Região Centro.

Taxa de sobrelotação da habitação na Região Centro, 2018 a 2022 (%)

Fonte: INE, Inquérito às condições de vida e rendimento



- Este desafio é uma das oito linhas estratégicas da Estratégia Regional de 2030 para a Região Centro.
- O preço da habitação tem vindo a aumentar rapidamente e a geração mais jovem permanece no agregado familiar dos pais mesmo depois de começar a trabalhar. Este facto pode estar a ocultar uma falta de acesso à habitação para os mais jovens ou para as pessoas solteiras. Esta hipótese é apoiada pela tendência negativa da taxa de sobrelotação.

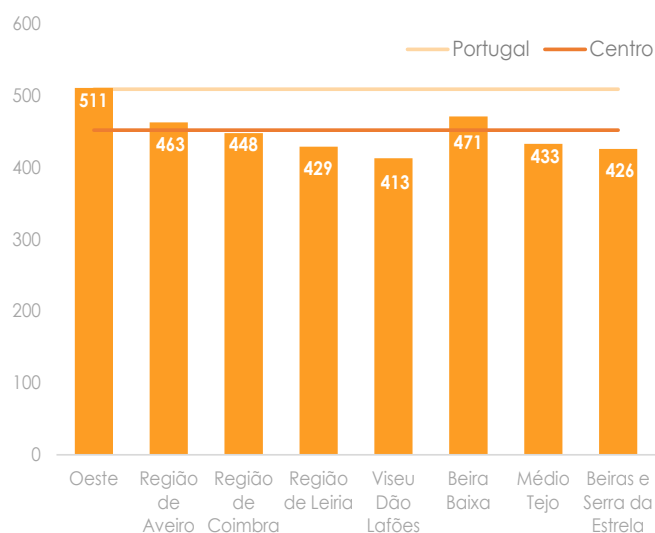
- Embora tenham sido feitos esforços para melhorar a recolha seletiva de resíduos urbanos, ainda há trabalho a fazer. É essencial dar prioridade a estratégias de prevenção de resíduos para reduzir efetivamente a quantidade de resíduos urbanos recolhidos por habitante, que tem vindo a aumentar de forma constante há quase uma década, embora possamos observar valores inferiores à média nacional na região.

11

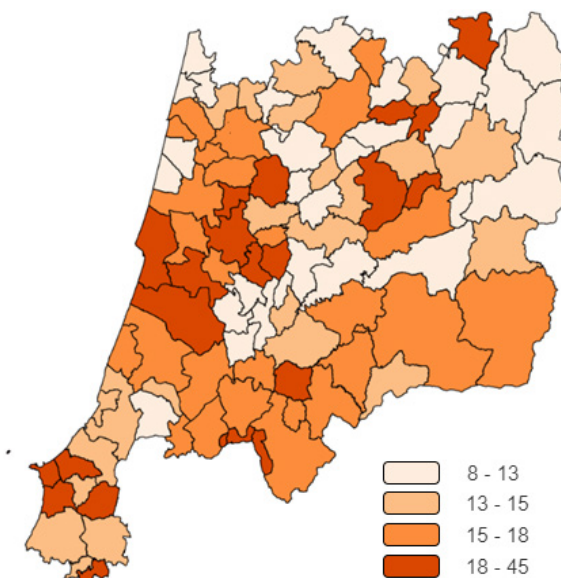


**TORNAR AS
CIDADES E OS
AGLOMERADOS
HUMANOS
INCLUSIVOS,
SEGUROS,
RESILIENTES E
SUSTENTÁVEIS**

Resíduos urbanos recolhidos por habitante na Região Centro, em 2022 (kg/hab)

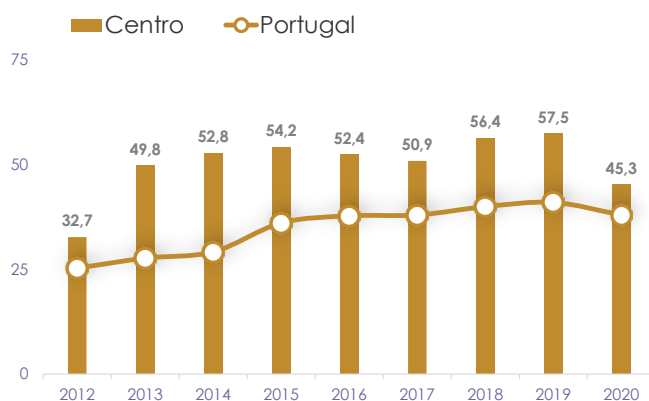


Proporção de resíduos urbanos recolhidos seletivamente na Região Centro, em 2022 (%)



Fonte: INE, Estatísticas dos resíduos urbanos

Proporção de resíduos urbanos preparados para reutilização e reciclagem, 2012 a 2020 (%)



Fonte: INE, Estatísticas dos resíduos urbanos

- A economia circular é essencial para alcançar uma economia sustentável do ponto de vista ambiental. Trata-se de um sistema económico que procura eliminar os resíduos através da reparação, reutilização e reciclagem em todas as fases da produção e do consumo, com o objetivo de reduzir a extração e a utilização de recursos naturais finitos. Para o conseguir, são necessários esforços de todos os intervenientes, desde os produtores até aos consumidores.
- A proporção de resíduos urbanos preparados

para reutilização e reciclagem, embora tenha demonstrado grandes progressos desde 2012, aproximando-se do objetivo nacional para 2030 de 60% em 2019, diminuiu significativamente em 2020.

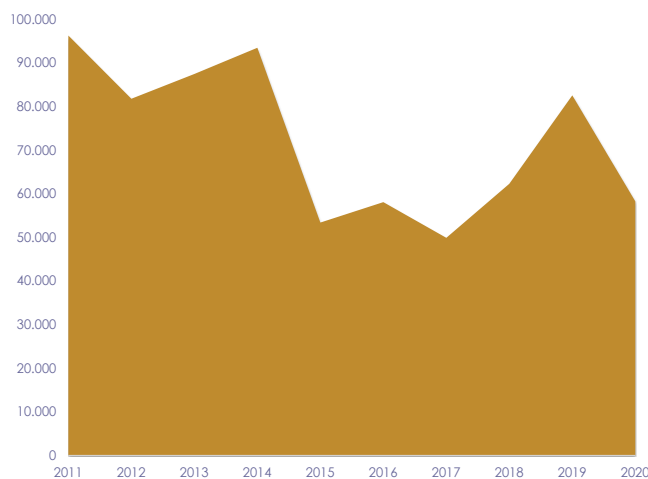
- O agravamento deste indicador pode estar relacionado com a pandemia da COVID-19, uma vez que se observou um aumento dos produtos de utilização única, como máscaras e luvas descartáveis, devido a preocupações com a higiene e ao receio da doença.

12



**GARANTIR
PADRÕES DE
CONSUMO E
DE PRODUÇÃO
SUSTENTÁVEIS**

Resíduos perigosos na Região Centro, 2011 a 2020 (toneladas)

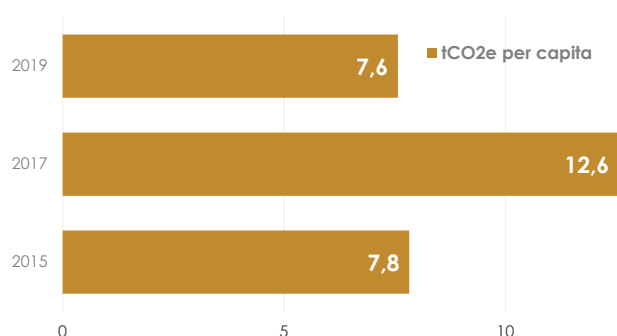


Fonte: Agência Portuguesa do Ambiente

- No que respeita à produção de resíduos perigosos, observamos um certo grau de variabilidade ao longo dos anos, o que explica os diferentes tipos de tendências observadas consoante o ano inicial que está a ser utilizado. No entanto, quando suavizamos os resultados usando taxas de cinco ou três anos, podemos observar uma diminuição na produção de resíduos perigosos.

- Existem poucos dados disponíveis sobre a pegada de carbono real, que é estimada com base nas emissões de gases com efeito de estufa de vários sectores, como os transportes, a indústria e as famílias, excluindo as emissões naturais de gases com efeito de estufa. Na Região Centro, tem-se verificado um decréscimo modesto desde 2015, embora se tenha observado um aumento relevante em 2017.

Pegada de carbono na Região Centro, 2015 a 2019 Gases com efeito de estufa face à população residente



Fonte: Agência Portuguesa do Ambiente

Índice de graus-dia de arrefecimento e aquecimento, 2010 a 2023

Fonte: Eurostat, Estatísticas Regionais



• O valor graus-dia de aquecimento - um índice projetado para quantificar a procura de energia necessária para aquecer um edifício, derivado de medições da temperatura do ar no exterior, tem diminuído desde 2010, registando, no entanto, em 2023, uma ligeira subida face a 2022. Em contrapartida, a necessidade de arrefecer os edifícios durante o mesmo período, diminuiu para 187 graus/dia em 2023 face aos 263 de 2010, no entanto, um valor inferior à média do período, 216 graus/dia, que indica que a

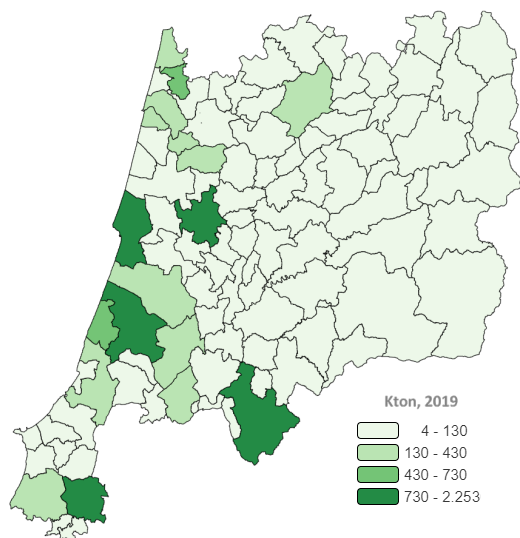
necessidade do recurso ao ar condicionado em edifícios aumentou na última década. Ou seja, as temperaturas nos últimos 12 anos na Região Centro aumentaram progressivamente. Por outro lado, e no que respeita às emissões atmosféricas, embora as informações a nível subnacional sejam limitadas, registou-se uma diminuição das emissões de CO₂ e de GEE, entre 2015 e 2019, após um aumento significativo em 2017 (devido aos incêndios florestais devastadores que afetaram a Região Centro).

13

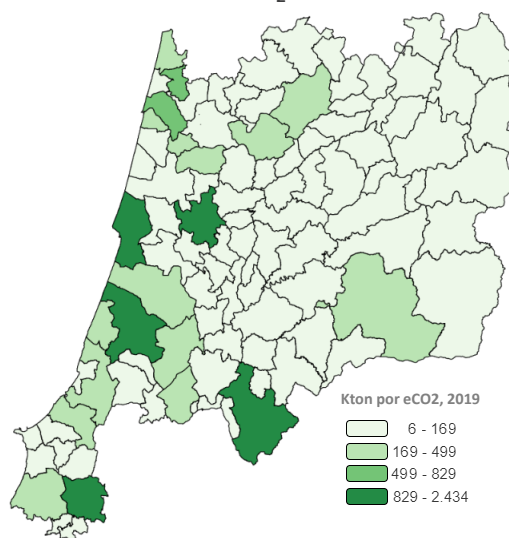


**ADOTAR MEDIDAS
URGENTES PARA
COMBATER AS
ALTERAÇÕES
CLIMÁTICAS E OS
SEUS IMPACTOS**

Emissões de CO₂, 2019 (mil toneladas)

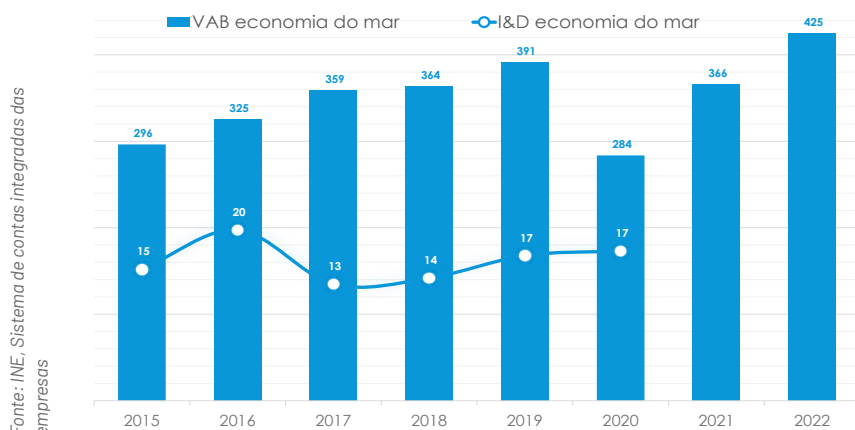


Emissões de gases com efeito de estufa (GEE) com fontes naturais, 2019 (mil toneladas por CO₂ equivalente)



Fonte: Agência Portuguesa do Ambiente

Valor acrescentado bruto e Despesa em I&D relativa à economia do mar na Região Centro, 2015 a 2022 (milhões de euros)



- A proteção do oceano é essencial não só para a preservação dos ecossistemas marinhos, mas também para a salvaguarda do bem-estar das pessoas e da economia.
- Em 2019, antes da pandemia da COVID-19, o Valor Acrescentado Bruto (VAB) da economia do mar na Região Centro, tal como definido pela Estratégia Nacional para o Mar 2021-2030, representava 2,3% do VAB total. Embora a pandemia tenha tido impacto neste sector, a sua trajetória a longo prazo continua a ser positiva.
- Para garantir uma exploração sustentável dos oceanos e enfrentar os desafios da poluição dos

oceanos e da sobrepesca, a investigação e o desenvolvimento (I&D) desempenham um papel crucial. É encorajador observar uma tendência positiva do investimento em I&D na economia do mar, na Região Centro, desde 2015. Em termos de qualidade da água, a Região Centro destaca-se tanto nas águas de transição (estuários) como nas águas costeiras. Em 2023, todas as águas de transição e águas costeiras demonstraram uma qualidade boa ou excelente. A costa da Região Centro está abrangida por um Programa de Gestão Costeira que fornece diretrizes para a valorização e gestão dos recursos costeiros, contudo, apenas 5,4% da área costeira está atualmente protegida.

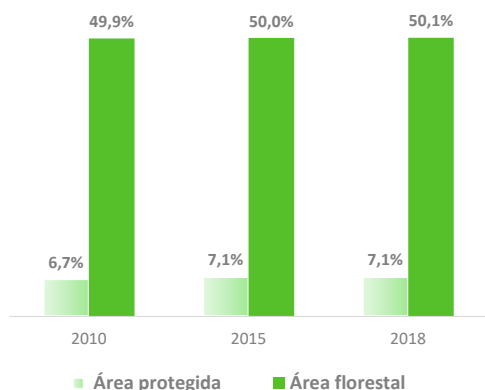
14



**CONSERVAR E
UTILIZAR DE FORMA
SUSTENTÁVEL
OS OCEANOS
E RECURSOS
MARINHOS PARA O
DESENVOLVIMENTO
SUSTENTÁVEL**

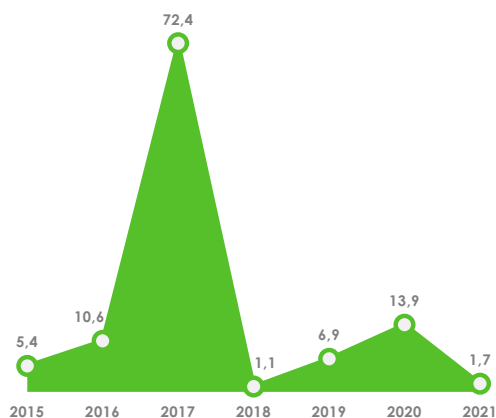
Área florestal e Área protegida no total da superfície territorial na Região Centro, 2010 a 2018 (%)

Fonte: INE, Estatísticas de Uso e Ocupação do Solo



Proporção de superfície ardida por incêndio rural na Região Centro, 2015 a 2021 (%)

Fonte: ICNF, DRRF RAA, IFCN RAM, Estatísticas florestais



- A Região Centro é caracterizada por uma biodiversidade e habitats naturais de elevado valor. As florestas abrangem metade da sua extensão.
- Na região, encontram-se diversas reservas e parques naturais, correspondendo as áreas protegidas a 7,1% da área total da região.
- No entanto, os recursos naturais da Região Centro enfrentam enormes desafios devido, por exemplo, ao despovoamento e aos incêndios florestais intensos, que prejudicam os habitats locais.
- A mitigação destas catástrofes e a promoção da resiliência são essenciais, devido às alterações climáticas. Por isso têm sido intensificados esforços de prevenção contra os incêndios florestais, através de campanhas de sensibilização, vigilância reforçada e gestão adequada da floresta para reduzir o risco de propagação de fogos. Embora os dados indiquem melhorias na área ardida, o progresso tem sido desigual.

- A floresta tem um grande significado para a Região Centro, não só devido à sua importância económica, mas também ao seu papel no sequestro de carbono. Este valor é destacado na Visão Estratégica Regional de 2030, que tem como objetivo:

“Posicionar a Região Centro na liderança da valorização da floresta como ativo específico regional de fins múltiplos e entendida como ecossistema equilibrado de produtores, agricultores cidadãos, transformando-a em recurso vital de perceção generalizada e coerente por todos os atores e territórios da região, dos modelos de gestão e ordenamento florestal (potenciando a melhoria das condições de observação da floresta a partir do espaço) à sua valorização económica e energética, passando pelo seu papel incontornável no sequestro de carbono ao serviço de uma estratégia mais alargada de descarbonização da região”.

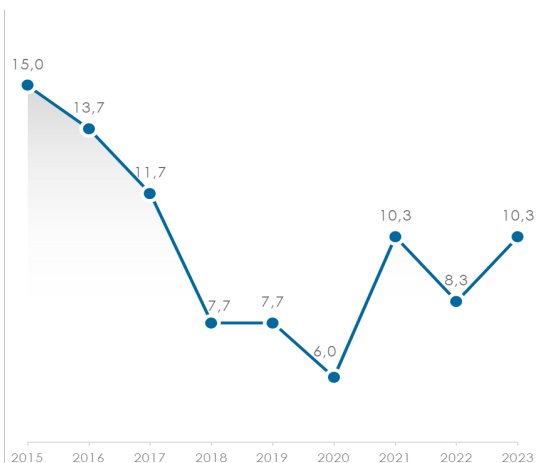
15



**PROTEGER,
RESTAURAR E
PROMOVER O USO
SUSTENTÁVEL DOS
ECOSSISTEMAS
TERRESTRES,
GERIR DE FORMA
SUSTENTÁVEL
AS FLORESTAS,
TRAVAR A
PERDA DE
BIODIVERSIDADE
E COMBATER A
DESERTIFICAÇÃO**

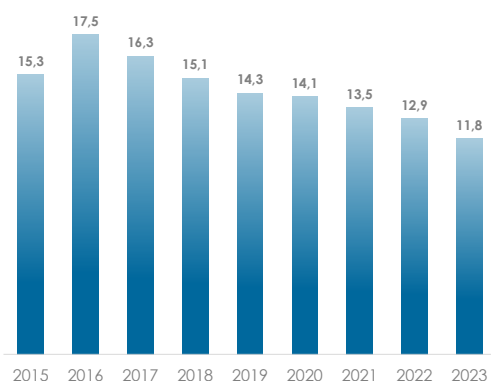
Número de crimes de corrupção cometidos no exercício de funções públicas na Região Centro, 2015 a 2023 (média 3 anos)

Fonte: Direção-Geral da Política de Justiça



Duração média dos processos findos nos tribunais das comarcas de Coimbra, Aveiro, Leiria, Castelo Branco, Guarda e Viseu, 2015 a 2023 (meses)

Fonte: Direção-Geral da Política de Justiça



• Na Região Centro, a taxa de abstenção nas eleições para as autarquias locais, em 2021, registou uma proporção de cerca de 44%, abaixo da média nacional de 46%. Para além de instituições fortes, o ODS 16 engloba também a justiça e a segurança. A este respeito, embora a taxa de criminalidade tenha diminuído significativamente desde 2011 (32,6‰), em 2022 (27,4‰) voltou a um nível próximo do de 2015 (28,3‰). Os casos de crimes de corrupção cometidos no exercício de funções públicas, analisados com base numa média de três anos, apresentam uma clara tendência decrescente de 2015 a 2020. Contudo, desde 2021, tem-se registado um aumento significativo. No mesmo período, de 2015 a 2023, observa-se uma tendência decrescente na duração média dos processos findos nos tribunais das comarcas de Coimbra, Aveiro, Leiria, Castelo Branco, Guarda e Viseu, registando-se, em 2023, o valor mínimo de 11,8 meses.

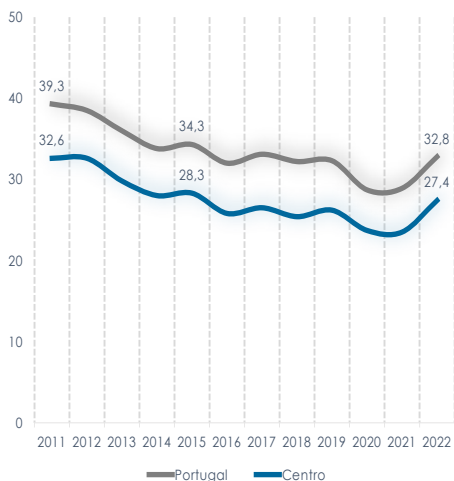
16



PROMOVER SOCIEDADES PACÍFICAS E INCLUSIVAS PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL, GARANTIR O ACESSO À JUSTIÇA PARA TODOS E CONSTRUIR INSTITUIÇÕES EFICAZES, RESPONSÁVEIS E INCLUSIVAS EM TODOS OS NÍVEIS

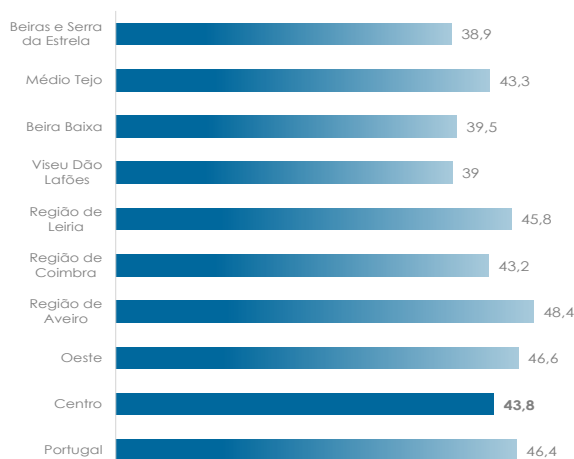
Taxa de criminalidade, 2022 (‰)

Fonte: Direção-Geral da Política de Justiça



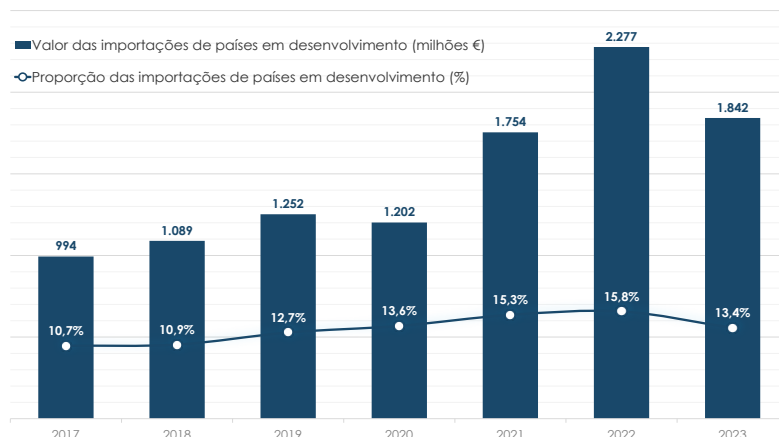
Taxa de abstenção nas eleições locais, 2021 (%)

Fonte: Ministério da Administração Interna



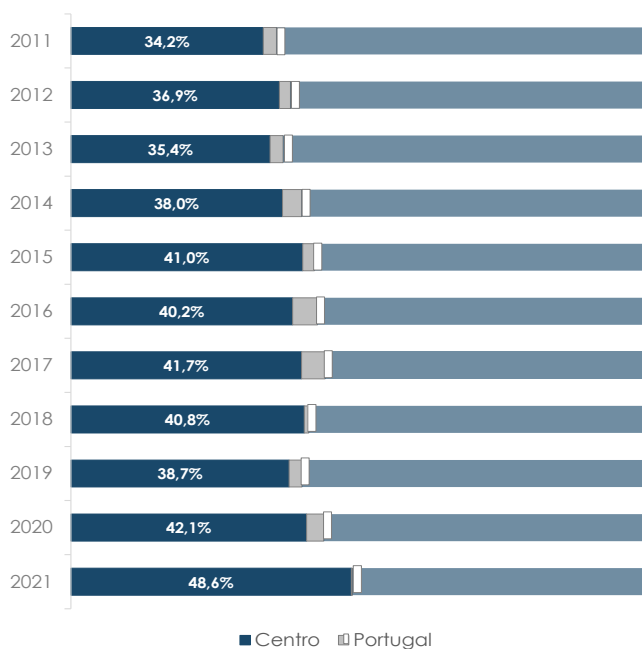
Importações de países em desenvolvimento no total das importações da Região Centro, 2017 a 2023

Fonte: INE, Comércio internacional de bens



Indivíduos que usam internet para interação com organismos da administração pública, 2011 a 2021 (%)

Fonte: Eurostat



- A monitorização do ODS 17 na Região Centro apresenta desafios acrescidos devido à ausência de um governo regional. A cooperação internacional assume por isso uma importância significativa para a região, evidenciada na Estratégia Regional de 2030, na prioridade "Promover melhores condições para a internacionalização e cooperação internacional".

- Neste âmbito, as importações de países em desenvolvimento para a região têm observado uma tendência crescente desde 2017 ainda que, em 2023, tenham registado um ligeiro recuo face ao máximo de 2022.

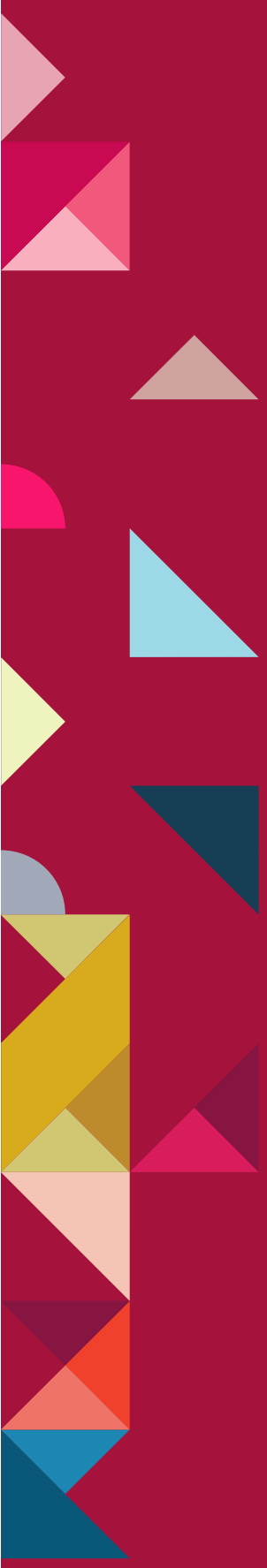
Portugal e a Região Centro estão a promover ativamente a transição digital em todos os setores da sociedade, incluindo os serviços públicos. Desta forma, é crucial que todos os cidadãos tenham acessibilidade e capacidade para utilizar as novas tecnologias.

- Na Região Centro, embora tenha existido um aumento significativo na proporção da população que utiliza a Internet para interagir com as autoridades públicas ao longo da última década, em 2021, apenas metade da população tinha usado esta tecnologia nessas interações.

17



**REFORÇAR
MEIOS DE
IMPLEMENTAÇÃO
E REVITALIZAR
PARCERIA
GLOBAL PARA O
DESENVOLVIMENTO
SUSTENTÁVEL**



PARTE 2

IMPLEMENTAÇÃO DOS ODS

O Programa Regional do Centro - Centro 2030, aprovado no quadro da Política de Coesão da União Europeia, destina-se a promover a competitividade da economia, o crescimento económico, a criação de emprego, a melhoria da qualidade de vida, a sustentabilidade ambiental e a valorização do território e das pessoas na região. Sendo o principal instrumento que a Região Centro dispõe para operacionalizar a sua estratégia de desenvolvimento e as estratégias sub-regionais das Comunidades Intermunicipais, dispõe de cerca de 2,2 mil milhões de euros de fundos europeus para financiar investimentos na região até 2029, estruturando-se em torno de cinco objetivos Estratégicos (e vários objetivos específicos, detalhados no anexo I):

1. Centro mais COMPETITIVO investindo na inovação, na digitalização, na competitividade das empresas, nas competências para a especialização inteligente e no empreendedorismo;

2. Centro mais VERDE investindo na sustentabilidade, na economia circular, na transição energética e na mobilidade urbana sustentável;

3. Centro mais CONECTADO apoiando intervenções de modernização, requalificação e reforço de troços da rede ferroviária regional;

4. Centro mais SOCIAL e INCLUSIVO apoiando o emprego de qualidade, a educação, as competências, a inclusão social e a igualdade de acesso aos cuidados de saúde (Pilar Europeu dos Direitos Sociais);

5. Centro territorialmente mais COESO e mais PRÓXIMO dos cidadãos, apoiando as estratégias de desenvolvimento territorial e de desenvolvimento urbano sustentável.

Neste período de programação, o Centro 2030 inclui ainda o Fundo para a Transição Justa (FTJ), destinado a mitigar, no Médio Tejo, os impactos socioeconómicos da transição para a neutralidade carbónica resultantes do encerramento da Central Termoeleétrica do Pego, em Abrantes, através do apoio à diversificação da atividade económica do território e aos trabalhadores afetados.

Apresenta-se de seguida o exercício em que, utilizando a Agenda 2030 como quadro de análise, se procura identificar o contributo dos objetivos estratégicos e específicos para o desenvolvimento sustentável na perspetiva dos 17 ODS que o enquadram, tendo em conta o seu âmbito geral.

Figura 8. Contributos diretos dos objetivos estratégicos e específicos do Centro 2030 para os ODS

	Centro + Competitivo					Centro + Verde								Centro + Conectado	Centro + Social e Inclusivo								Centro + Próximo	FTJ
	1.1	1.2	1.3	1.4	1.5	2.1	2.2	2.4	2.5	2.6	2.7	2.8	3.2	4.2	4.5	4.6	4.a	4.d	4.f	4.h	4.k	5.1	5.2	6
ODS 1																								
ODS 3																								
ODS 4																								
ODS 5																								
ODS 6																								
ODS 7																								
ODS 8																								
ODS 9																								
ODS 10																								
ODS 11																								
ODS 12																								
ODS 13																								
ODS 15																								
ODS 16																								
ODS 17																								

Os resultados indicam uma correspondência direta e forte entre os objetivos específicos e o âmbito geral dos ODS, com apenas dois ODS excluídos do quadro por não se identificar claramente esse alinhamento: o ODS 2 (erradicar a fome e promover a agricultura sustentável) e o ODS 14 (proteger a vida marinha), pese embora o impacto esperado/indireto nestas áreas através de algumas tipologias de projetos a apoiar pelo Centro 2030, para além de serem áreas com financiamento direto na região através dos programas temáticos específicos como o Plano Estratégico da Política Agrícola Comum em Portugal (PEPAC) ou o MAR2030. A título de exemplo, no âmbito da RIS3, um dos seus domínios diferenciadores é precisamente “Recursos naturais e bioeconomia”, onde se incluem o mar e os recursos marinhos ou o setor agroalimentar. Ou ainda, no âmbito do apoio previsto à conservação da natureza, biodiversidade e património natural, estão previstos apoios para a valorização de zonas estuarinas numa lógica de integração das frentes de água, refuncionalizando áreas de transição obsoletas (vazios urbanos) e componentes do sistema ecológico. No entanto, neste exercício optou-se por enfatizar as correspondências diretas em detrimento de outras indiretas ou esperadas.

Na elaboração do Centro 2030 foi assumido um outro compromisso transversal relevante para esta análise: o *Do no Significant Harm* (DNSH) enquanto princípio horizontal do desenvolvimento sustentável. Isto significa que as medidas de apoio à atividade económica no âmbito do Centro 2030 **não devem prejudicar significativamente** os objetivos ambientais, nomeadamente: mitigação das alterações climáticas e adaptação às mesmas, utilização sustentável e proteção dos recursos hídricos e marinhos, transição para uma economia circular, prevenção e o controlo da poluição do ar, água ou solo. Fica, assim, também por esta via, salvaguardado o contributo dos apoios esperados do Centro 2030 aos ODS, concretamente aos que se referem à sustentabilidade ambiental (Planeta: 6, 12, 13, 14 e 15).

Desagregando os resultados pelos cinco objetivos estratégicos, salientam-se os contributos:

- do **Centro mais COMPETITIVO** para os ODS 8 e 9 (Prosperidade), 12 (Planeta), 16 (Paz/ Instituições eficazes) e 17 (Parcerias);
- do **Centro mais VERDE** para os ODS 6, 12, 13, 15 (Planeta), ODS 7 e 11 (Prosperidade) e ODS 16 (Paz/Instituições eficazes);
- do **Centro mais CONECTADO** para o ODS 9 (Prosperidade);
- do **Centro mais SOCIAL e INCLUSIVO** para os ODS 1, 3, 4, 5 (Pessoas), ODS 8, 10 e 11 (Prosperidade) e ODS 16 (Paz/Instituições eficazes);
- do **Centro mais COESO e MAIS PRÓXIMO** para os ODS 3 e 4 (Pessoas), ODS 7, 8, 9, 10, 11 (Prosperidade), ODS 13 e 15 (Planeta) e ODS 16 (Paz/Instituições eficazes) e 17 (Parcerias).

De seguida, procura-se replicar este mesmo exercício tomando por base as dotações previstas para cada objetivo específico, e norteadas pela análise pelas tipologias de projetos a apoiar e respetivas intervenções previstas, até para permitir a repartição de cada dotação de objetivo específico, no caso em que as tipologias contribuirão para mais do que um ODS. Uma vez que não se conhecem com rigor, nesta fase, as dotações previstas para cada tipologia de ação, este exercício comporta algumas limitações metodológicas. Além disso, estas mesmas tipologias abrangem intervenções diversas, que podem contribuir com maior ou menor peso, para vários ODS. Como forma de simplificação, mais uma vez, limita-se a identificação de ODS àqueles que serão impactados de forma direta (e não de forma esperada ou indireta).

Para esta análise, não foi considerada a dotação prevista para a Assistência Técnica, totalizando o investimento europeu esperado 2.128 milhões euros.

Importa ainda salientar que o investimento previsto no Centro 2030 não esgota o investimento na região. Muito pelo contrário, esta dotação é complementada por outras fontes de financiamento, desde logo pelos PO temáticos do Portugal 2030 (como o Compete 2030, o Pessoas 2030, o Sustentável 2030 ou o Mar 2030), mas também pelo Plano de Recuperação e Resiliência (PRR), pelo Plano Estratégico da Política Agrícola Comum em Portugal (PEPAC) e por outras fontes de financiamento europeias (como o Horizonte Europa ou o Mecanismo Interligar a Europa), para além do investimento público nacional e do investimento privado. De forma a promover sinergias e complementaridades, maximizando o impacto do investimento europeu e evitando duplicação de apoios, a programação dos fundos no âmbito do Plano de Recuperação e Resiliência (PRR) e do Portugal 2030 (onde se incluem os programas regionais e temáticos) foi devidamente articulada.

Segue-se o quadro com a correspondência entre as dotações previstas do Centro 2030 e os ODS.

Figura 9. Contributos diretos das dotações previstas nos objetivos estratégicos do Centro 2030 por ODS

	Centro + Competitivo	Centro + Verde	Centro + Conectado	Centro + Social e Inclusivo	Centro + Próximo		FTJ	Total	TOTAL		%
					5.1	5.2					
ODS 1				15,3 M€				15,3 M€	15.300.000 €		0,7%
ODS 3				45 M€	21,5 M€			66,5 M€	66.500.000 €		3,1%
ODS 4				66,1 M€	60 M€			126,1 M€	126.100.000 €		5,9%
ODS 5				21,3 M€				21,3 M€	21.340.000 €		1,0%
ODS 6		198,7 M€						198,7 M€	198.700.000 €		9,3%
ODS 7		61,8 M€			59,5 M€			121,3 M€	121.250.000 €		5,7%
ODS 8	185,5 M€			75,9 M€			26 M€	287,4 M€	287.360.000 €		13,5%
ODS 9	419,9 M€		104,6 M€				26 M€	550,5 M€	550.500.000 €		25,9%
ODS 10				33,8 M€	21,5 M€	12 M€		67,3 M€	67.300.000 €		3,2%
ODS 11		57,4 M€		5 M€	132,5 M€	12 M€		206,9 M€	201.900.000 €		9,5%
ODS 12		98,7 M€						98,7 M€	98.700.000 €		4,6%
ODS 13		156,5 M€					13 M€	169,6 M€	169.550.000 €		8,0%
ODS 15		71,2 M€			5 M€			76,2 M€	76.200.000 €		3,6%
ODS 16	10 M€	18,7 M€		3,5 M€	60 M€			92,2 M€	87.200.000 €		4,1%
ODS 17	14 M€					16 M€		30,0 M€	40.000.000 €		1,9%
TOTAL	629,4 M€	663 M€	104,6 M€	265,9 M€	360 M€	40 M€	65 M€	2.128 M€	2.127.900.000 €		



Estima-se que o Centro 2030 contribua de forma muito significativa para o **ODS 9 - Construir infraestruturas resilientes, promover a industrialização inclusiva e sustentável e fomentar a inovação**, esperando-se que mais de um quarto do investimento disponível (25,9%) apoie a implementação deste ODS.

Contribuem para este resultado os investimentos previstos em todos os objetivos específicos do **'Centro + Competitivo'**, nomeadamente: i) criação de conhecimento científico e tecnológico⁵; ii) investimento empresarial e valorização económica

⁵ Cabem aqui projetos de I&D alinhados com RIS3 do Centro que envolvam cooperação entre entidades de I&D e empresas; provas de conceito; participação em redes internacionais e programas de I&D&I; investimentos em infraestruturas e equipamentos científicos prioritários para a implementação da RIS3

do conhecimento⁶; iii) transferência de conhecimento e tecnologia⁷; iv) investimento empresarial produtivo⁸; v) qualificação e internacionalização das empresas (ações coletivas); vi) infraestruturas e equipamentos (de base não tecnológica) de apoio à competitividade; vii) redes e capacitação institucional RIS3; vii) instalação de redes de banda larga (fixa e móvel) seguras, eficientes e sustentáveis prioritariamente em espaços de baixa densidade populacional ou do interior.

Uma vez que é neste ODS que são referidas as infraestruturas de transportes, o investimento previsto no **‘Centro + Conectado’** contribui de forma direta e relevante para o ODS 9, dadas as intervenções previstas de modernização, requalificação e reforço de troços da rede ferroviária regional, nomeadamente, modernização e eletrificação do troço Caldas da Rainha – Lourical, da Linha do Oeste; e requalificação e eletrificação da Linha do Vouga.

Por fim, no âmbito do **Fundo para a Transição Justa**, o Plano Territorial para uma Transição Justa do Médio Tejo prevê várias tipologias de apoio, considerando-se que, pelo menos duas delas, concorrem para a concretização do ODS 9: o apoio ao investimento produtivo das empresas e o apoio à investigação industrial e desenvolvimento experimental de produtos, processos ou sistemas.



O segundo ODS a beneficiar mais do Centro 2030, absorvendo 13,5% do investimento europeu previsto, será o **ODS 8 - Promover o crescimento económico inclusivo e sustentável, o emprego pleno e produtivo e o trabalho digno para todos**, sendo este o ODS que incide no apoio às micros e PME, às políticas de emprego, ao trabalho digno, ao empreendedorismo e criatividade

e ao turismo sustentável (que crie emprego, promova a cultura e os produtos locais). Assim, contribuem para este ODS vários objetivos específicos e tipologias de ação:

- O **‘Centro + Competitivo’**, através das tipologias de ação que visam apoiar o investimento empresarial produtivo, nomeadamente através de um sistema de incentivos às empresas de base territorial e de projetos de investimento enquadrados em estratégias regionais e locais; e apoiar a qualificação e internacionalização de empresas, através de ações de promoção da atratividade territorial, dos seus recursos e sistemas produtivos, e da assistência empresarial nos domínios da internacionalização e na valorização de recursos endógenos, por exemplo.

- O **‘Centro + Social e Inclusivo’**, visando:

i) o reforço do papel do turismo sustentável no desenvolvimento económico e na inclusão social, pretende apoiar a promoção turística regional (destinos e produtos), a criação de

6 Projetos de empresas, de forma individual ou em copromoção para reforço da produtividade, competitividade e inserção das empresas no mercado global através da realização de atividades de investigação industrial e desenvolvimento pré-concorrencial; criação e dinamização de núcleos de I&I nas empresas; participação de empresas em projetos de I&D à escala europeia; projetos empresariais de empreendedorismo de base tecnológica, tendo em vista a criação de novas empresas e novos negócios, intensivos em conhecimento, tecnologia e criatividade; etc.

7 Atividades de interação e de transferência de conhecimento direcionado para as empresas promovidas por entidades do sistema científico e tecnológico; atividades de disseminação e difusão de novos conhecimentos e tecnologias gerados nos projetos de I&D; investimentos em infraestruturas e equipamentos para a criação, qualificação ou expansão de centros de tecnologia e inovação, parques de ciência e tecnologia e de infraestruturas de incubação e aceleração de empresas de base tecnológica prioritárias para a implementação da RIS3; etc.

8 Criação e expansão da capacidade produtiva das empresas, de natureza inovadora; investimentos de natureza inovadora que se traduzam na produção de bens e serviços transacionáveis e internacionalizáveis e com elevado valor acrescentado; sistema de incentivos às empresas de base territorial; etc.

infraestruturas-chave de suporte à competitividade turística e à valorização de recursos turísticos, a oferta integrada de serviços nas áreas do ecoturismo e do turismo de natureza e as estratégias territoriais de turismo sustentável;

ii) a melhoria do acesso ao emprego e a medidas de ativação, prevê apoiar o emprego e o empreendedorismo através do apoio à criação do próprio emprego através da criação de empresas ou ao emprego em empresas existentes que criem novos postos de trabalho, especialmente em territórios de baixa densidade (+CO3SO) ou através do apoio à mobilidade para um interior sustentável apoio financeiro aos trabalhadores que celebrem contratos de trabalho por conta de outrem ou criem o seu próprio emprego ou empresa, cujo local de prestação de trabalho implique a sua mobilidade geográfica para o interior;

iii) a adaptação dos trabalhadores, empresas e empresários à mudança, promoverá o emprego qualificado, através de apoios à contratação de Recursos Humanos Altamente Qualificados por microempresas e PME e infraestruturas científicas e tecnológicas;

iv) promover a igualdade de acesso e conclusão do ensino superior, através do apoio a Cursos Técnicos Superiores Profissionais (TeSP) e a cursos superiores de curta duração.

- o Fundo para a Transição Justa, que, através do Plano Territorial para uma Transição Justa do Médio Tejo, prevê tipologias de apoio como a requalificação e formação dos trabalhadores e apoios à procura/criação do próprio emprego e apoio a projetos de empreendedorismo local.



O terceiro ODS a beneficiar de fundos alocados diretamente à região (9,5% do total) será o **ODS 11 – Tornar as cidades e comunidades inclusivas, seguras, resilientes e sustentáveis**, cujo enfoque é nas cidades inteligentes, no acesso à habitação, serviços básicos e sistemas de transportes seguros e sustentáveis, no ambiente urbano participativo e na prevenção de riscos. Contribuem para este ODS vários objetivos específicos e respetivas tipologias de ação:

- no **‘Centro mais Verde’** – os objetivos que visam: i) a conservação da natureza, biodiversidade e património natural⁹, com destaque para os corredores verdes em contexto urbano; ii) a recuperação de passivos ambientais (áreas mineiras abandonadas e pedreiras em situação crítica); iii) a monitorização do ar e do ruído, com acompanhamento e reporte dos riscos ambientais e pressões sobre o ambiente; iv) a mobilidade urbana sustentável, através de tipologias de apoio diversas¹⁰.

9 Cabem aqui as intervenções que incidem na criação de infraestruturas verdes para a promoção da conectividade ecológica em contexto urbano, infraestruturas verdes urbanas e corredores verdes para a promoção da biodiversidade nas cidades e medidas para mitigação de ondas de calor urbano; ações de promoção, sensibilização e comunicação do valor do património natural português; Reforço da rede de parques, infraestruturas verdes e unidades de paisagem.

10 Elaboração e execução de planos logísticos urbanos sustentáveis e de Planos de Descarbonização; ações de logística urbana para a promoção da utilização de modos não poluentes de distribuição; sistemas de informação para gestão da logística, de circulação e de estacionamento; eliminação de pontos negros de segurança rodoviária e ferro-rodoviária e ações de suporte à mobilidade pedonal e à melhoria da acessibilidade; criação de zonas sem trânsito e/ou zonas de zero emissões; modernização e adaptação de vias de circulação dedicadas a modos mais sustentáveis; reforço da intermodalidade e da conectividade entre modos de transporte e a articulação com a mobilidade suave e ativa (modos ciclável e pedonal); promoção dos modos de transporte ativos e de espaços de circulação flexíveis; plataformas integradas de informação que promovam soluções “smart mobility”; parques de estacionamento associados a interfaces; ações conjuntas de planeamento e gestão dos transportes, da bilhética integrada, da intermodalidade e dos interfaces modais ou dos sistemas de transportes em zonas de baixa densidade.

- no **‘Centro mais Coeso e mais Próximo’**, através das ITI CIM, alinham-se aqui as tipologias de ação sobre: a mobilidade a pedido/transporte flexível e requalificação e modernização de equipamentos desportivos (eixo sobre provisão de Serviços de Interesse Geral); as cidades digitais, reabilitação e regeneração urbanas (eixo sobre Reforço do Sistema Urbano); a refuncionalização de equipamentos coletivos e qualificação de espaço público e a valorização cultural e do património (histórico e natural), património cultural e museus (eixo sobre Dinamização de Ativos Territoriais). O contributo das ITI Redes Urbanas será, sobretudo, pela via das estratégias de digitalização para assegurar respostas inovadoras. Já no domínio das abordagens temáticas ou funcionais, as tipologias de ação que mais contribuirão para o ODS 11 serão, por exemplo, o apoio a projetos piloto de integração digital de serviços e recursos (a concretizar na Intervenção Integrada de Base Territorial do Oeste e Vale do Tejo) ou as ações inovadoras e integradas para atrair, acolher e integrar novos residentes e novos empreendedores, além das estratégias de marketing e dinamização para a sustentabilidade territorial (a concretizar na Intervenção Integrada de Base Territorial do Pinhal Interior). Tanto o instrumento PROVERE, como as Parcerias para a Coesão Não Urbanas se norteiam pelo objetivo de promover estratégias de desenvolvimento local, tornando as comunidades mais sustentáveis (em termos sociais, económicos e ambientais), contribuindo também de forma direta e relevante para o ODS 11.



O quarto ODS a destacar-se pelo forte impacto que se espera que os fundos venham a ter nele, contando com 9,3% da dotação prevista total, é o **ODS 6 - Garantir a disponibilidade e a gestão sustentável da água potável e do saneamento para todos**. É no **‘Centro mais Verde’** que se encontram as tipologias de intervenção que contribuem para este ODS, nomeadamente a

Gestão de recursos hídricos¹¹, a promoção do acesso à água e à gestão sustentável da água, o Ciclo urbano da água em alta¹² (sistemas multimunicipais); o Ciclo urbano da água em baixa¹³ (sistemas municipais); e o Ciclo urbano da água: reutilização, resiliência, modernização e descarbonização¹⁴.



Em quinto lugar, surge o ODS 13 - Adotar medidas urgentes para combater as alterações climáticas e os seus impactos, estimando-se que beneficie diretamente de 8,0% do investimento europeu total. No âmbito do **‘Centro mais Verde’**, espera-se reduzir as emissões líquidas de carbono, promover a eficiência energética da Administração Pública (AP) local e regional, reduzir as vulnerabilidades do território às alterações climáticas, promover a mobilidade urbana sustentável e os planos de descarbonização.

11 Incluem-se aqui a reabilitação e valorização da rede hidrográfica; desassoreamento, desobstrução e remoção de material dos cursos de água e de albufeiras e criação de espaços de inundação natural; construção e renaturalização de infraestruturas de águas pluviais; estudos sobre as disponibilidades de água em contexto de alterações climáticas e segurança e análise do comportamento de barragens; etc.

12 Construção e reabilitação de infraestruturas nos sistemas de tratamento para cumprimento de normativos ambientais e para assegurar resiliência no abastecimento e saneamento; etc.

13 Construção e reabilitação de ligações dos sistemas em baixa aos sistemas em alta (AA e AR) e entre sistemas em alta (AA), de modo a assegurar a resiliência dos sistemas perante crescentes situações de escassez de água; intervenções para a redução de perdas, suportadas por informação cadastral e operacional; etc.

14 Tratamento em Estações de Tratamento de Águas Residuais para produção de Água para Reutilização para usos não potáveis; modernização de equipamentos e tecnologias e criação de mecanismos de automação de modo a aumentar a eficiência operacional; utilização de origens alternativas de água, incluindo a produção e a disponibilização de águas residuais tratadas, o aproveitamento das águas da chuva (para fins que não o consumo humano); sensibilização dos cidadãos e consumidores para a eficiência hídrica e a necessidade de redução de consumos.

No âmbito da eficiência energética na AP, destacam-se tipologias de apoio a intervenções que promovam a incorporação de biomateriais, de materiais reciclados, de soluções de base natural e as fachadas e coberturas verdes; soluções de arquitetura bioclimática em edifícios; ações de sensibilização e informação associadas à eficiência energética e transição climática. Na prevenção de riscos, haverá investimentos em meios materiais para a proteção civil, nomeadamente infraestruturas, meios e sistemas de prevenção, de apoio à decisão e de combate a incêndios rurais; apoio à elaboração de planos locais, sub-regionais ou regionais de prevenção e gestão de riscos; ou ainda em sistemas de informação, vigilância e monitorização e cartografia de zonas de risco. Na adaptação às alterações climáticas, estão previstos investimentos na redução da vulnerabilidade das áreas urbanas às ondas de calor, a minimização dos riscos associados a fenómenos de cheia e de inundações, os espaços verdes multifuncionais e biodiversos; ações previstas em planos ou estratégias locais ou regionais de adaptação às alterações climáticas; etc. Estima-se ainda que os investimentos esperados na gestão de resíduos e na economia circular produzam algum efeito neste ODS, alocando-se aqui parte deste investimento. Por fim, também o investimento esperado na mobilidade urbana multimodal sustentável (que concorre sobretudo para o ODS 11) terá aqui um importante impacto, reconhecendo-se o peso do setor dos transportes para as emissões de gases com efeito de estufa. Estão previstos neste objetivo específico investimentos para a elaboração e execução de planos logísticos urbanos sustentáveis e de Planos de Descarbonização; ações de logística urbana para a promoção da utilização de modos não poluentes de distribuição; entre outros.

Uma vez que o Plano Territorial para uma Transição Justa do Médio Tejo, financiado pelo Fundo de Transição Justa, tem como missão mitigar os efeitos do encerramento da central termoeletrica a carvão do Pego, entendeu-se alocar uma pequena parte da dotação prevista a este ODS pelo impacto que tem na descarbonização da região, sendo a maior parte alocada às medidas reativas de apoio à dinamização e diversificação económica da área afetada pelo encerramento.

Cabe aqui deixar uma nota sobre o que se entende ser a disparidade entre os investimentos previstos e os impactos esperados, que só poderão ser medidos com mais rigor e propriedade ao longo do processo de implementação do Centro 2030. Por exemplo, espera-se que boa parte do investimento previsto no **‘Centro mais Competitivo’** (e alocado ao ODS 9), venha a ter um impacto bastante positivo no ODS 13, tributário da componente da industrialização sustentável.



Em sexto lugar, surge o **ODS 6 – Garantir o acesso à educação inclusiva, de qualidade e equitativa, e promover oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todos**, com 5,9% do investimento europeu previsto, aqui repartido entre o **‘Centro mais Social e Inclusivo’** e o **‘Centro mais Coeso e mais Próximo’**. No primeiro, encontram-se a melhoria das infraestruturas de ensino

superior, tornando-se mais adaptadas à realidade do ensino atual ¹⁵a qualificação da prestação de serviço público através de ações de formação focadas nos processos de mudança e de adaptação dos serviços públicos, dos serviços da administração local e regional; o apoio a Cursos

¹⁵ As intervenções abarcam a criação, ampliação ou modernização de infraestruturas e equipamentos de ensino superior; construção e qualificação de infraestruturas e aquisição de equipamentos destinados a cursos superiores de curta duração e a programas que permitam assegurar qualificações procuradas pelo mercado de trabalho e competências necessárias para a vida; etc.

Técnicos Superiores Profissionais (TeSP) e a cursos superiores de curta duração; e os Programas Intermunicipais de Promoção do Sucesso Educativo. No segundo, estão as tipologias a apoiar via Contratos para o Desenvolvimento e Coesão Territorial (CDCT), ou seja, através dos Instrumentos Territoriais Integrados das CIM (ITI CIM), nomeadamente as infraestruturas de ensino pré-escolar, primário e secundário.



Em sétimo lugar, surge o **ODS 7 – Garantir o acesso a fontes de energia fiáveis, sustentáveis e modernas para todos**, com 5,7% do investimento previsto. No âmbito do **‘Centro mais Verde’**, contribuem para este ODS as tipologias de ação que visam a eficiência energética na Administração Pública regional e local e na habitação (e.g. sistemas de gestão inteligente da energia, instalação de painéis

fotovoltaicos e outros equipamentos de produção de energia renovável, ações de sensibilização e informação associadas à eficiência energética e transição climática, etc.) e a promoção do autoconsumo e Comunidades de Energia Renovável, através de estudos, auditorias e planos de negócio de projetos de autoconsumo coletivo e de comunidades de energia renovável; sistemas de armazenamento de energia; plataformas de gestão inteligente para otimizar fluxos energéticos; investigação, desenvolvimento e transferência de tecnologia para otimização das soluções técnicas necessárias aos projetos de autoconsumo coletivo e de comunidades da energia renovável. No **‘Centro mais Coeso e mais Próximo’**, através dos ITI CIM, estão previstos investimentos adicionais na renovação ou construção do parque habitacional ou de infraestruturas públicas no sentido de as dotar de maior eficiência energética.



Segue-se o **ODS 12 – Garantir padrões de consumo e de produção sustentáveis**, com 4,6% do investimento previsto. À semelhança do ODS 13, também aqui haverá um gap entre a dotação prevista como contributo direto e os resultados finais esperados, uma vez que se espera que parte do investimento alocado ao **‘Centro mais Competitivo’**, que tem como um dos

seus principais focos a especialização inteligente da região, tenha aqui um impacto significativo, uma vez que a RIS3 tem como domínios diferenciadores a “Energia e Clima” ou os “Recursos Naturais e Bioeconomia”, além de identificar como desafio global a “Transição Verde” e assumir como linha de ação a “Modernização industrial por via da Economia Circular e da Descarbonização (2.c)”, integrante da Plataforma de Inovação “Desenvolver soluções industriais sustentáveis”.

No âmbito do **‘Centro mais Verde’**, foi claramente identificada a Economia Circular como tipo de ação a apoiar, através de projetos de empresas, de forma individual ou em copromoção (consórcios e redes de empresas e de entidades do sistema científico e tecnológico), visando a promoção da economia circular, em particular de processos produtivos regenerativos, através de ações como: a reconversão de resíduos em novos materiais, produtos de maior valor acrescentado (“upcycling”) e produtos de menor qualidade e funcionalidade reduzida (“downcycling”); ou o desenvolvimento de novos processos e de novos produtos suportados nos princípios da conceção eficiente e sustentável; entre outras.



Em nono lugar, surge o **ODS 16 – Promover sociedades pacíficas e inclusivas para o desenvolvimento sustentável, proporcionar o acesso à justiça para todos e construir instituições eficazes, responsáveis e inclusivas a todos os níveis**. Este ODS conta com 4,1% do investimento previsto por via de várias tipologias de ação apoiadas, todas partilhadas com outros ODS. Todavia,

entende-se que contribuem para o desenvolvimento de instituições eficazes e/ou redução de todas as formas de violência e/ou promoção do Estado de Direito.

No **‘Centro mais Competitivo’**, a ação referente à digitalização na Administração Pública local e regional, através de intervenções como a digitalização de serviços públicos da Administração Pública local orientados para os cidadãos e as empresas; espaços ou soluções de mobilidade que permitam aos utentes aceder aos serviços públicos eletrónicos de forma mediada; ou projetos inovadores de utilização das TIC na resposta a desafios sociais emergentes (e.g. tecnologias inovadoras na AP local para desenvolvimento de mecanismos de participação pública eletrónica). No **‘Centro mais Verde’**, a ação referente à eficiência energética na AP regional e local através da melhoria das componentes passivas da envolvente de edifícios e componentes ativas dos edifícios. No **‘Centro mais Social’**, a ação que incide na qualificação da prestação de serviço público através de ações de formação focadas nos processos de mudança e de adaptação dos serviços públicos, dos serviços da administração local e regional aos desafios da transição verde e da transição digital. No **‘Centro mais Coeso e mais Próximo’**, através dos ITI CIM, a reabilitação física e segurança de espaços públicos.



Segue-se o **ODS 15 – Proteger, restaurar e promover o uso sustentável dos ecossistemas terrestres, gerir de forma sustentável as florestas, combater a desertificação, travar e reverter a degradação dos solos e travar a perda de biodiversidade**. Com 3,6% do investimento previsto, este ODS receberá contributos do ‘Centro mais Verde’, através das tipologias de ação como

a conservação da natureza, biodiversidade e património natural¹⁶ e intervenção em passivos ambientais (áreas mineiras abandonadas e pedreiras em situação crítica). No ‘Centro mais Coeso’, via ITI CIM, apoiar-se-ão tipologias de ação no âmbito da proteção, desenvolvimento e promoção do património natural e do ecoturismo.



O **ODS 10 – Reduzir as desigualdades no interior dos países e entre países** tem um peso de 3,2% no total das dotações previstas, mas espera-se que todo o investimento feito na região através da política de coesão contribua fortemente para diminuir as disparidades económicas e sociais e promover a coesão social, económica, ambiental e territorial, pois é essa a sua missão.

No entanto, as tipologias de ação do Centro 2030 que contribuem diretamente para este ODS, dada a sua definição, são:

¹⁶ Cabem aqui ações como a recuperação e proteção de habitats naturais e de espécies ameaçadas; recuperação e proteção de espécies e habitats previstos em Planos; recuperação de ecossistemas degradados ou sujeitos a impactos severos; conservação e valorização de geossítios e monumentos naturais; prevenção, controlo e erradicação de espécies exóticas; reforço da rede de parques, infraestruturas verdes e unidades de paisagem; etc.

- no **‘Centro mais Social e Inclusivo’**, as tipologias de apoio ligadas à Cultura¹⁷, à inovação social¹⁸, à promoção da participação ativa, da igualdade de oportunidades e não discriminação dos grupos vulneráveis (nomeadamente o apoio a pessoas em situação de sem abrigo ou apoio a ações e projetos de cultura para todos) e ao aumento da qualidade e diversificação da provisão de serviços, através de Unidades Móveis ou Balcão da Inclusão.

- no **‘Centro mais Coeso e mais Próximo’**, via ITI CIM, estão previstos apoios para infraestruturas sociais que contribuam para a inclusão social na comunidade e apoios à proteção, desenvolvimento e promoção do património cultural e dos serviços culturais; nas ITI temáticas ou funcionais, contribuem para aqui ações inovadoras de atração de novos residentes e novos empreendedores (Pinhal Interior); nas parcerias para a coesão não urbanas, a valorização de recursos locais através de dinamização dos territórios e promoção do empreendedorismo rural.

Uma das lacunas apontadas à Agenda 2030 é precisamente a falta de um ODS sobre a Cultura, sendo esta uma área relevante no desenvolvimento integral do ser humano e na sua inclusão na sociedade. É com este entendimento que repartimos os investimentos previstos em cultura nos ODS 10 e 11, esperando-se que promovam a inclusão de todos e que tornem as cidades e comunidades mais inclusivas e resilientes.



No **ODS 3 - Garantir o acesso à saúde de qualidade e promover o bem-estar para todos, em todas as idades**, o investimento previsto é de 3,1%, esperando-se um forte contributo de outras fontes de financiamento (dos PO temáticos do Portugal 2030 ou via PRR, por exemplo) para esta área fundamental do desenvolvimento sustentável. No **‘Centro mais Social e Inclusivo’** estão

previstos apoios para Hospitais, com vista a aumentar a capacidade de resposta da rede de serviços hospitalares aos novos desafios epidemiológicos e demográficos; melhorar a qualidade de diagnóstico e de tratamento das unidades hospitalares, através da modernização tecnológica de diagnóstico e de terapêutica altamente especializada; e reforçar as infraestruturas de saúde e melhorar da prestação dos serviços de saúde nos centros hospitalares, através da aquisição e instalação de equipamentos. No **‘Centro mais Coeso e mais Próximo’**, via ITI CIM, estão previstos apoios para equipamentos de saúde e digitalização no domínio dos cuidados de saúde.



No **ODS 17 - Reforçar os meios de implementação e revitalizar a Parceria Global para o Desenvolvimento Sustentável**, entendendo-se este ODS na perspetiva de incentivar e promover parcerias eficazes, que mobilizem recursos e partilhem conhecimento, tecnologia ou recursos financeiros para apoiar a realização dos ODS, contaram-se como contributos para este

17 Através de ações como a mobilização de comunidades criativas, promoção de redes de residências artísticas e realização de concursos de ideias; requalificação, proteção, valorização, conservação do património histórico e cultural; programação em rede a nível intermunicipal; artes do espetáculo, música, literatura, audiovisual, multimédia e arte pública; apoios à produção cultural e artística; etc.

18 Apoio ao empreendedorismo e inovação social; apoio aos centros locais ou regionais para dinamização dos ecossistemas de inovação e empreendedorismo social; apoio a soluções inovadoras em áreas prioritárias de política pública.

ODS parte das dotações previstas em abordagens territoriais, como as ITI Redes Urbanas, as ITI temáticas/funcionais ou o instrumento PROVERE, por se entender que a implementação destas intervenções integradas assenta na criação e/ou mobilização de redes estratégicas de atores locais e regionais. Seguindo a mesma lógica, no âmbito do **‘Centro mais Competitivo’**, incluem-se aqui os contributos esperados na tipologia de ação Redes e capacitação institucional RIS3, onde serão apoiadas ações coletivas para o desenvolvimento de processos de descoberta empreendedora e consolidação de ecossistemas colaborativos nos diferentes domínios de especialização inteligente, bem como ações de capacitação para a especialização inteligente. Estima-se que 1,9% da dotação do Programa Regional apoie a implementação deste ODS.



No **ODS 5 - Alcançar a igualdade de género e empoderar todas as mulheres e raparigas**, observa-se uma perspetiva transversalizada da dimensão

da igualdade de género nas ações do Centro 2030 financiadas pelo FSE+:

“A atribuição de apoios terá em consideração princípios da igualdade de género e da igualdade de oportunidades e não discriminação, promovendo

e sensibilizando os potenciais beneficiários e as entidades envolvidas no Programa, através, nomeadamente, de adequadas especificações e condições estabelecidas em sede de avisos de abertura de concurso.” No **‘Centro mais Social e Inclusivo’**, destacam-se os programas intermunicipais que reduzem as disparidades entre alunos de diferentes escolas garantindo oportunidades educativas iguais para raparigas e rapazes; a promoção da melhoria da qualidade assistencial da rede pública de saúde e o reforço da coesão territorial no acesso aos cuidados de saúde, assegurando que tanto homens como mulheres, independentemente da sua localização, têm igual acesso a cuidados de saúde de qualidade; a promoção do emprego sustentável e o combate ao desemprego que garante que mulheres e homens tenham as mesmas oportunidades no mercado de trabalho; a contratação de recursos humanos altamente qualificados incentivando a contratação de mulheres em setores tradicionalmente dominados por homens, ou vice-versa, contribuindo para reduzir a disparidade de género em áreas tecnológicas e científicas; e fomentado a criação de projetos inovadores de carácter social, focando-se em soluções inclusivas para grupos vulneráveis, que muitas vezes incluem mulheres em risco de exclusão social.



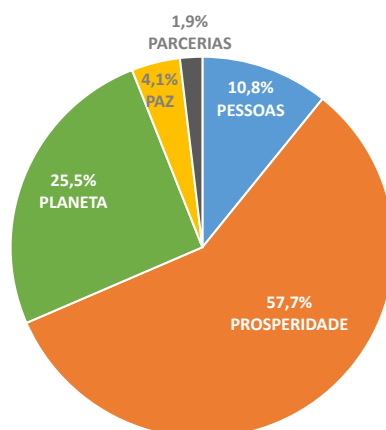
Por fim, o **ODS 1 - Erradicar a pobreza em todas as suas formas, em todos os lugares** tem neste contexto um peso inexpressivo (0,7%), mas, neste caso,

são também válidos alguns dos argumentos apresentados anteriormente, nomeadamente a relevância que o Programa Pessoas 2030 (programa temático do Portugal 2030) dá a esta temática, algumas das medidas e programas

do pilar Resiliência do PRR e, sobretudo, o investimento nacional em matéria de políticas de segurança social e inclusão. No **‘Centro mais Social e Inclusivo’** foram parcialmente contabilizados os investimentos previstos em inovação social e na promoção da participação ativa, igualdade de oportunidades e não discriminação de grupos vulneráveis (como o apoio à população em situação de sem abrigo e a cultura para todos), uma vez que este ODS tem fortes sinergias com o ODS 10.

Resumindo, o investimento esperado do Centro 2030 impactará de forma direta, sobretudo, os ODS da Prosperidade, seguindo-se os ODS referentes ao Planeta.

Figura 10. Distribuição da dotação prevista no Centro 2030 pelos 5P



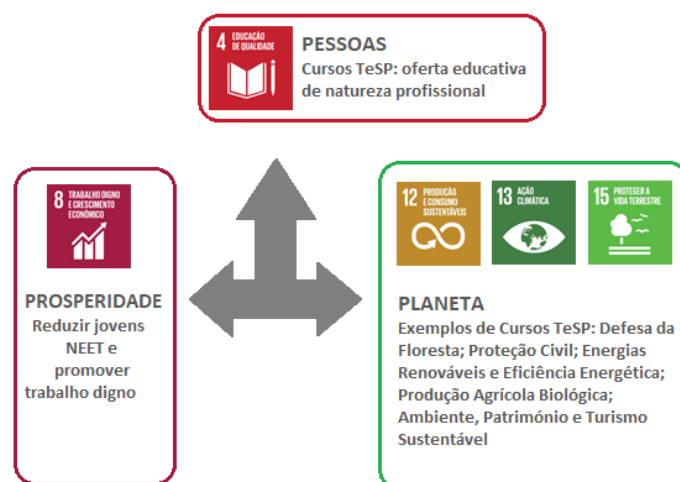
Ações que integram as três dimensões da sustentabilidade

Como já foi sendo referido, é expectável que algumas das tipologias a apoiar venham a produzir impactos em vários ODS, nomeadamente em ODS representativos das três dimensões da sustentabilidade defendidas pela Agenda 2030: social/Pessoas; económica/Prosperidade e ambiental/Planeta. Contudo, só será possível fazer uma análise mais rigorosa aquando da análise aos projetos apresentados para financiamento. Ainda assim, será muito difícil quantificar os impactos que virão a ser produzidos nos vários ODS, mesmo que o enfoque seja apenas nos diretos.

Segue-se um exemplo elaborado a partir do aviso de concurso CENTRO-2023-1, já fechado e avaliado, destinado ao financiamento de **Cursos Técnicos Superiores Profissionais (CTeSP)** a entidade públicas.

Os Cursos TeSP constituem-se como uma oferta educativa de natureza profissional, inserida no ensino superior, não conferente de grau académico, cuja conclusão com aproveitamento conduz à atribuição de um diploma de Técnico Superior Profissional, de nível ISCED 5.

Estes cursos visam i) alargar a procura do ensino superior através da diversificação e da especialização da oferta formativa; ii) possibilitar uma formação complementar e/ou o regresso de ativos à formação num contexto de ensino superior; oferecer uma formação especializada com reconhecimento profissional, que garanta créditos para prosseguir estudos; responder às necessidades do mercado de trabalho.



Alguns dos cursos TeSP aprovados no âmbito deste aviso integram as três dimensões da sustentabilidade: (i) contribuem para o ODS 4 (Pessoas), porque se trata de uma oferta educativa; (ii) ao procurarem responder às necessidades do mercado de trabalho estão a promover trabalho qualificado, esperando-se ainda aliciar para estes cursos jovens que não estão em emprego, educação ou formação, contribuindo desta forma para o ODS 8 (Prosperidade); (iii) entre os cursos apresentados, os cursos com enfoque na proteção do ambiente e na gestão sustentável dos recursos naturais, como os exemplos que constam na figura, contribuem para os ODS associados ao Planeta.

Notas Finais

Sabemos que é difícil gerir o que não podemos medir. Por isso, são necessários indicadores para avaliarmos como estamos a progredir e se essa progressão está na direção certa. Indicadores confiáveis e sensíveis a alterações, que nos permitem identificar problemas e dificuldades para reagir a tempo e colocar o foco no cumprimento das metas traçadas. O projeto "REGIONS2030", em que a CCDR Centro teve a honra de participar, enquadrou-se nestes princípios, culminando no quadro de monitorização dos ODS para a Região Centro, tendo ficado claro que a Agenda 2030 não é mais uma agenda, mais um roteiro, mais uma estratégia, mas sim a âncora de todas as agendas.

A CCDR Centro continuará a alinhar as suas estratégias e recursos com as prioridades da Agenda 2030, promovendo um desenvolvimento mais justo, inclusivo e sustentável na região Centro. A aposta em projetos que promovam a economia circular, a transição verde, a digitalização e a inclusão social são elementos-chave para garantir o sucesso da implementação dos ODS na região. Assumimos um papel central na concretização da Agenda 2030 na região, respondendo à necessidade de ação coordenada e integrada, essencial para enfrentar os desafios globais a partir de uma perspetiva local. Reiteramos o compromisso com a implementação da Agenda 2030 e a concretização dos ODS, permanecendo empenhados no respeito pela dignidade humana e nos princípios «reconstruir melhor» e «não deixar ninguém para trás».

ANEXO



ANEXO I

Centro 2030 – Objetivos estratégicos e específicos e respetiva dotação prevista

		Objetivo Específico	Dotação
Centro mais COMPETITIVO	1.1	Apoio às atividades de I&D&I e transferência de tecnologia para as empresas	160 M€
	1.2	Digitalização dos serviços da Administração Pública local e regional e instalação de Espaços do cidadão nas freguesias	20 M€
	1.3	Sistemas de incentivos às empresas; sistemas de incentivos de base territorial e infraestruturas de acolhimento empresarial	371 M€
	1.4	Ações de capacitação/qualificação para o desenvolvimento de processos de descoberta empreendedora nos diferentes domínios da RIS3 e dinamização de ecossistemas de inovação	28 M€
	1.5	Instalação de rede de banda larga em espaços de baixa densidade populacional ou do interior	50 M€
Centro mais VERDE	2.1	Eficiência energética na Administração Pública regional e local	94 M€
	2.2	Autoconsumo e Comunidades de Energia Renovável	15 M€
	2.4	Meios materiais para a proteção civil e gestão de recursos hídricos (valorização da rede hidrográfica, infraestruturas de águas pluviais, sistemas de informação)	109 M€
	2.5	Ciclo urbano da água (sistemas em alta e em baixa)	166 M€
	2.6	Apoios à economia circular (empresas) e à gestão de resíduos (subinvestimentos em alta e em baixa)	141 M€
	2.7	Corredores verdes em contexto urbano e passivos ambientais	89 M€
	2.8	Mobilidade urbana sustentável, incluindo sistemas inteligentes de apoio à mobilidade intermunicipal e multimodal, circuitos urbanos pedestres e planos de descarbonização	50 M€
Centro mais CONETADO	3.2	Modernização e eletrificação do troço Caldas da Rainha – Lourical, da Linha do Oeste	66 M€
	3.2	Requalificação e eletrificação da Linha do Vouga	39 M€
Centro mais SOCIAL e INCLUSIVO	4.2	Ensino Superior (infraestruturas e equipamentos)	15 M€
	4.5	Hospitais (infraestruturas e equipamentos)	45 M€
	4.6	Promoção turística regional (dos seus destinos e dos seus produtos) e valorização e internacionalização da Cultura (nas vertentes infraestrutural e imaterial)	10 M€
	4.a	Apoio ao Emprego e ao Empreendedorismo (+CO3SO Emprego) FSE	58 M€
	4.d	Contratação de Recursos Humanos Altamente Qualificados (RHAQ) por empresas e por infraestruturas científicas e tecnológicas FSE	35 M€
	4.f	Apoio a Cursos Técnicos Superiores Profissionais (TeSP) e a cursos superiores de curta duração FSE	39 M€
	4.h	Desenvolvimento e implementação de projetos inovadores de carácter social FSE	34 M€
Centro mais PRÓXIMO		Programas Intermunicipais de Promoção do Sucesso Educativo e Apoio a Unidades Móveis ou Balcão da Inclusão, em territórios de baixa densidade para provisão de serviços coletivos de proximidade FSE	30 M€
	5.1	Promover o desenvolvimento social, económico e ambiental integrado e inclusivo, a cultura, o património natural, o turismo sustentável e a segurança nas zonas urbanas	360 M€
	5.2	Promover, nas zonas não urbanas, o desenvolvimento social, económico e ambiental integrado e inclusivo a nível local, a cultura, o património natural, o turismo sustentável e a segurança.	40 M€
	6	Plano Territorial para uma Transição Justa do Médio Tejo	65 M€

ACRÓNIMOS



Acrónimos

AEA	Agência Europeia do Ambiente
ANEPC	Autoridade Nacional de Proteção Civil
AP	Administração Pública
APA	Agência Portuguesa do Ambiente
APAV	Associação Portuguesa de Apoio à Vítima
CCDR Centro	Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro, Instituto Público
CDCT	Contratos para o Desenvolvimento e Coesão Territorial
Centro 2030	Programa Regional do Centro 2021-2027
CIM	Comunidades Intermunicipais
DGEEC	Direção-Geral de Estatísticas da Educação e Ciência
DGEG	Direção-Geral de Energia e Geologia
DGPJ	Direção-Geral da Política de Justiça
DGPM	Direção-Geral da Política do Mar
DG REGIO	Departamento de Política Regional e Urbana da Comissão Europeia
FSE+	Fundo Social Europeu +
INE	Instituto Nacional de Estatística
IRN	Instituto dos Registos e Notariado
ITI	Investimentos Territoriais Integrados
JRC	Joint Research Center
MAI	Ministério da Administração Interna
MTSSS/GEP	Gabinete de Estratégia e Planeamento do Ministério do Trabalho, Solidariedade e Proteção Social
OCDE	Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Económico
ODS	Objetivos de Desenvolvimento Sustentável
PEPAC	Plano Estratégico da Política Agrícola Comum
PlanAPP	Centro de Competências de Planeamento, de Políticas e de Prospetiva da Administração Pública
PRR	Plano de Recuperação e Resiliência
PT	Portugal
SGPCM	Secretaria-Geral da Presidência do Conselho de Ministros
SIG	Serviços de Interesse Geral
UE	União Europeia

